

Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.

Informações intermediárias em
31 de março de 2025

Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.

Informações intermediárias

Índice

RELATÓRIO DE REVISÃO DOS AUDITORES INDEPENDENTES.....	1
BALANÇO PATRIMONIAL.....	3
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	4
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE.....	5
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	6
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO.....	7
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO.....	8

Notas explicativas

1	CONTEXTO OPERACIONAL.....	9
2	BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS	10
3	POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS E ESTIMATIVAS CRÍTICAS.....	11
4	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA.....	12
5	APLICAÇÕES FINANCEIRAS.....	12
6	CONTAS A RECEBER DE CLIENTES	13
7	VALORES A RECEBER (DEVOLVER) DA PARCELA A E OUTROS ITENS FINANCEIROS	15
8	PARTES RELACIONADAS	17
9	ATIVO FINANCEIRO DA CONCESSÃO	19
10	INTANGÍVEL	20
11	ATIVOS DE CONTRATO	21
12	FORNECEDORES.....	21
13	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS.....	22
14	DEBÊNTURES.....	25
15	IMPOSTOS DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTES E DIFERIDOS.....	26
16	PROVISÃO PARA RISCOS JUDICIAIS E DEPÓSITOS VINCULADOS.....	28
17	PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	31
18	RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	33
19	CUSTO DO SERVIÇO E DESPESAS OPERACIONAIS	36
20	RESULTADO FINANCEIRO.....	38
21	BENEFÍCIO PÓS-EMPREGO (ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA).....	38
22	INSTRUMENTOS FINANCEIROS	39
23	DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	43
24	COMPROMISSOS FUTUROS	44
25	EVENTOS SUBSEQUENTES.....	44



**Shape the future
with confidence**

Centro Empresarial Iguatemi
Av. Washington Soares, 55
5º andar - sala 506 a 509 - Bairro Cocó
60811-341 - Fortaleza - CE - Brasil
Tel: +55 85 3392-5600
ey.com.br

Relatório de revisão dos auditores independentes

Aos Diretores e Acionistas da
Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.
Teresina – PI

Introdução

Revisamos o balanço patrimonial da Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A. (“Companhia”), em 31 de março de 2025, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o trimestre findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A diretoria é responsável pela elaboração e apresentação adequada dessas informações intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão. Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações intermediárias não apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia, em 31 de março de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.



**Shape the future
with confidence**

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

As informações intermediárias acima referidas incluem a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao período de três meses findo em 31 de março de 2025, elaborada sob a responsabilidade da diretoria da Companhia. Essa demonstração foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações intermediárias, com o objetivo de concluir se ela está conciliada com as informações intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essa demonstração do valor adicionado não foi elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações intermediárias tomadas em conjunto.

Fortaleza (CE), 14 de maio de 2025.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC CE-001042/F

Nathália Araújo Domingues

Nathália Araújo Domingues
Contador CRC CE-020833/O

Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.

Balço patrimonial em 31 de março de 2025 e 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais)

Ativo	Notas	31/03/2025	31/12/2024	Passivo	Notas	31/03/2025	31/12/2024
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	172.875	219.586	Fornecedores	12	335.400	365.504
Aplicações financeiras	5	669.321	835.893	Fornecedores - Risco sacado	12.1	51.651	43.175
Contas a receber de clientes	6	684.432	760.023	Empréstimos e financiamentos	13	447.003	747.903
Almoxarifado		11.726	9.169	Debêntures	14	16.447	7.937
Serviços pedidos		115.170	128.573	Passivo de arrendamento		610	596
Impostos e contribuições a recuperar		64.422	78.645	Instrumentos financeiros derivativos	22.4	8.315	-
Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar		98.273	61.270	Impostos e contribuições a recolher		96.062	108.020
Instrumentos financeiros derivativos	22.4	-	85.081	Impostos e contribuições sobre o lucro a recolher		51.080	13.496
Depósitos vinculados		189	189	Obrigações e encargos sobre folha de pagamento		12.167	9.635
Outros créditos a receber		99.297	116.587	Valores a devolver da parcela A e outros itens financeiros	7	95.734	137.359
Total do ativo circulante		1.915.705	2.295.016	Contribuição de iluminação pública		18.067	25.629
Não circulante				Encargos setoriais		73.536	90.969
Aplicações financeiras	5	75	73	Participação nos lucros		5.442	21.405
Contas a receber de clientes	6	123.352	133.673	Provisões para riscos judiciais	16	40.335	44.747
Serviços pedidos		17.674	17.674	Dividendos a pagar	8	69.585	69.585
Impostos e contribuições a recuperar		110.430	84.040	Outras contas a pagar		214.675	220.824
Valores a receber da parcela A e outros itens financeiros	7	-	2.325	Total do passivo circulante		1.536.109	1.906.784
Instrumentos financeiros derivativos	22.4	18.222	27.689	Não circulante			
Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar		3.461	3.438	Empréstimos e financiamentos	13	2.795.982	2.765.713
Imposto de renda e contribuição social diferido	15.1	461.599	455.195	Debêntures	14	700.932	692.302
Depósitos vinculados	16	23.007	28.216	Valores a devolver da parcela A e outros itens financeiros	7	5.730	-
Outros créditos a receber		895	896	Passivo de arrendamento		2.034	2.192
Benefício pós-emprego	21	319	307	Impostos e contribuições a recolher		521	574
Ativo financeiro da concessão	9	292.145	276.322	Encargos setoriais		23.387	20.151
Investimentos		110	111	Provisões para riscos judiciais	16	119.837	118.965
Intangível	10	2.932.181	2.901.684	Benefício pós-emprego	21	5.021	4.939
Ativos de contrato	11	665.297	565.633	Outras contas a pagar		32.185	33.914
Direito de uso		2.486	2.655	Total do passivo não circulante		3.685.629	3.638.750
Total do ativo não circulante		4.651.253	4.499.931	Patrimônio líquido			
				Capital social	17.1	633.577	543.433
				Reserva de capital		17.208	16.877
				Ajuste de avaliação patrimonial		(103.851)	(152.465)
				Reservas de lucros		751.424	841.568
				Resultado do período		46.862	-
				Total do patrimônio líquido		1.345.220	1.249.413
Total do ativo		6.566.958	6.794.947	Total do passivo e patrimônio líquido		6.566.958	6.794.947

As notas explicativas são parte integrante das informações intermediárias.

Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.

Demonstração do resultado

Períodos findos em 31 de março de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>31/03/2025</u>	<u>31/03/2024</u>
Receita operacional líquida	18	878.667	798.466
Energia elétrica comprada para revenda	19.1	(349.730)	(333.675)
Custo de construção		(190.499)	(132.093)
Custo da operação		(92.720)	(82.692)
Custos de energia elétrica, construção e operação	19	(632.949)	(548.460)
Lucro bruto		245.718	250.006
Despesas operacionais			
Despesas com vendas	19	(27.593)	(27.499)
Despesas gerais e administrativas	19	(21.798)	(20.364)
Perda estimada em créditos de liquidação duvidosa	19	(20.543)	(14.794)
Outras despesas operacionais, líquidas	19.2	(16.344)	(22.355)
Total de despesas operacionais		(86.278)	(85.012)
Resultado antes do resultado financeiro e impostos sobre lucro		159.440	164.994
Receitas financeiras	20	204.959	106.781
Despesas financeiras	20	(310.917)	(196.836)
Resultado financeiro, líquido		(105.958)	(90.055)
Lucro antes de imposto de renda e da contribuição social		53.482	74.939
Imposto de renda e contribuição social - corrente	15.4	(38.068)	(4.785)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	15.4	31.448	(5.336)
Impostos sobre o lucro		(6.620)	(10.121)
Lucro líquido do período		46.862	64.818

As notas explicativas são parte integrante das informações intermediárias.

Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.

Demonstração do resultado abrangente

Períodos findos em 31 de março de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

	<u>31/03/2025</u>	<u>31/03/2024</u>
Lucro líquido do período	<u>46.862</u>	<u>64.818</u>
Itens que serão reclassificados posteriormente para o resultado		
Resultado abrangentes(<i>hedge</i> e benefícios pós-empreg, líquido de tributos diferidos)	<u>48.614</u>	<u>(1.108)</u>
Outros resultados abrangentes do exercício, líquido de impostos	<u>48.614</u>	<u>(1.108)</u>
Total resultados abrangentes	<u>95.476</u>	<u>63.710</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações intermediárias.

Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Períodos findos em 31 de março de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

Notas	Capital social	Reserva de capital	Ajuste de avaliação patrimonial	Reservas de lucros					Lucros acumulados	Total
				Legal	Incentivos fiscais	Reserva de lucros a realizar	Reserva estatutária de reforço de capital de giro	Dividendos adicionais propostos		
Saldos em 31 de dezembro de 2023	471.701	14.716	(137.084)	9.634	62.098	91.671	464.375	117.806	-	1.094.917
Valor justo das opções de compra - <i>vesting period</i>	-	518	-	-	-	-	-	-	-	518
Lucro do período	-	-	-	-	-	-	-	-	64.818	64.818
Resultado de <i>hedge accounting</i> de fluxo de caixa	-	-	(1.679)	-	-	-	-	-	-	(1.679)
Tributos diferidos sobre perda de instrumentos financeiros derivativos	-	-	571	-	-	-	-	-	-	571
Saldos em 31 de março de 2024	471.701	15.234	(138.192)	9.634	62.098	91.671	464.375	117.806	64.818	1.159.145
Saldos em 31 de dezembro de 2024	543.433	16.877	(152.465)	14.418	75.727	90.576	630.777	30.070	-	1.249.413
Valor justo das opções de compra - <i>vesting period</i>	-	121	-	-	-	-	-	-	-	121
Valor justo de opção de compra Matching shares - <i>vesting period</i>	-	210	-	-	-	-	-	-	-	210
Aumento de capital	90.144	-	-	(90.144)	-	-	-	-	-	-
Lucro do período	-	-	-	-	-	-	-	-	46.862	46.862
Resultado abrangente no exercício										
Resultado de <i>hedge accounting</i> de fluxo de caixa	-	-	73.657	-	-	-	-	-	-	73.657
Tributos diferidos sobre perda de instrumentos financeiros derivativos	-	-	(25.043)	-	-	-	-	-	-	(25.043)
Saldos em 31 de março de 2025	633.577	17.208	(103.851)	(75.726)	75.727	90.576	630.777	30.070	46.862	1.345.220

As notas explicativas são parte integrante das informações intermediárias.

Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa - método indireto

Períodos findos em 31 de março de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

	31/03/2025	31/03/2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido no exercício	46.862	64.818
Ajustes para:		
Amortização	48.618	38.086
Baixa de intangível	917	459
Atualização do ativo financeiro	(5.518)	(2.588)
Encargos de dívidas, juros, variações monetárias e cambiais líquidas	1.931	110.367
Provisão e atualização para riscos judiciais	1.700	4.808
Provisão e atualização para perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	20.543	14.794
Baixa de recebíveis incobráveis	6.128	7.027
Provisão e atualização de encargos setoriais	7.134	6.746
Perdas com instrumentos derivativos	119.439	(13.771)
Valor justo das opções de compra de ações	695	1.534
Rendimentos de aplicações financeiras	(23.235)	(20.108)
Valores a (receber) devolver de parcela A e outros itens financeiros	(34.036)	(2.850)
Imposto de renda e contribuição social correntes	38.068	4.785
Imposto de renda e contribuições sociais diferidos	(31.448)	5.336
Participação nos lucros	(2.642)	2.621
Plano de aposentadoria e pensão	(13)	63
Ajuste a valor presente	4.029	4.103
Encargos de geração distribuída	(115)	-
Provisão para perda de estoque	5.828	9.645
	204.885	235.875
Variações nos ativos e passivos, circulante e não circulantes		
Contas a receber de clientes	60.810	15.653
Depósitos judiciais	5.209	(203)
Almoxarifado	(2.557)	1.255
Impostos e contribuições a recuperar	(12.167)	(4.105)
Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar	(37.026)	(10.158)
Outros créditos a receber	17.303	37.493
Fornecedores	(46.727)	(79.441)
Fornecedores - Risco sacado	8.476	(8.658)
Obrigações e encargos sobre folha de pagamento	(7.218)	(10.381)
Impostos e contribuições a recolher	(7.234)	(2.366)
Valores a devolver da parcela A e outros itens financeiros	466	(2.960)
Contribuição de iluminação pública	(7.562)	(1.846)
Participação nos lucros	(13.321)	(11.206)
Encargos setoriais	(7.928)	(1.831)
Pagamento de processos judiciais	(5.240)	(2.553)
Plano de aposentadoria e pensão	83	-
Outras contas a pagar	(8.127)	6.630
Caixa utilizado nas atividades operacionais	(62.760)	(74.677)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(5.260)	(5.260)
Juros pagos	(79.970)	(38.995)
Rendimentos de aplicações financeiras	23.235	20.108
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais	80.130	137.051
Fluxo de caixa de atividades de investimento		
Aquisições no ativo contratual	(168.460)	(118.544)
Aplicações financeiras	166.570	(4.042)
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	(1.890)	(122.586)
Fluxo de caixa de atividades de financiamento		
Amortização de empréstimos e financiamentos	(444.177)	(23.601)
Captação de empréstimos e financiamentos	259.998	-
Recebimento de instrumentos derivativos	59.372	-
Dividendos pagos	-	(22)
Amortização do passivo de arrendamento	(144)	(147)
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento	(124.951)	(23.770)
Redução em caixa e equivalentes de caixa	(46.711)	(9.305)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	219.586	175.555
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	172.875	166.250
Redução em caixa e equivalentes de caixa	(46.711)	(9.305)

As notas explicativas são parte integrante das informações intermediárias.

Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.

Demonstração do valor adicionado

Períodos findos em 31 de março de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

	<u>31/03/2025</u>	<u>31/03/2024</u>
Receitas		
Vendas de produtos, serviços e receitas de construção	1.002.874	1.138.172
Perdas por redução ao valor recuperável	(20.543)	(14.794)
Receitas de construção	190.499	-
	<u>1.172.830</u>	<u>1.123.378</u>
Insumos adquiridos de terceiros (inclui ICMS e IPI)		
Custos dos produtos e dos serviços vendidos	(540.229)	(465.768)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(86.108)	(81.245)
Outras despesas	(18.030)	(23.456)
	<u>(644.367)</u>	<u>(570.469)</u>
	<u>528.463</u>	<u>552.909</u>
Valor adicionado bruto		
Amortização	(48.618)	(38.086)
	<u>479.845</u>	<u>514.823</u>
Valor adicionado líquido gerado pela Companhia		
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	206.972	109.769
	<u>206.972</u>	<u>109.769</u>
Valor adicionado total a distribuir	<u><u>686.817</u></u>	<u><u>624.592</u></u>
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal		
Remuneração direta	7.385	8.705
Benefícios	2.791	2.310
FGTS	1.189	1.473
	<u>11.365</u>	<u>12.488</u>
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	134.279	163.257
Estaduais	182.611	186.419
Municipais	121	116
	<u>317.011</u>	<u>349.792</u>
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros	284.200	170.787
Aluguéis	662	658
Outras despesas financeiras	26.717	26.049
	<u>311.579</u>	<u>197.494</u>
	<u>46.862</u>	<u>64.818</u>
	<u>46.862</u>	<u>64.818</u>
Valor adicionado	<u><u>686.817</u></u>	<u><u>624.592</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das informações intermediárias.

Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às informações intermediárias--Continuação
Período findo em 31 de março de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

1 Contexto operacional

A Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A. (“Companhia” ou “Equatorial Piauí”), é uma sociedade anônima de capital fechado, domiciliada no Brasil, com sede na Rua João Cabral, nº 730, Centro Sul, na cidade Teresina, no Estado do Piauí, controlada pela Equatorial Energia Distribuição S.A., tendo por controladora final a Equatorial S.A. A Companhia é a concessionária do serviço público de distribuição e atividades associadas ao serviço de energia elétrica naquele Estado, podendo prestar serviços técnicos de sua especialidade na área de concessão que abrange todo o Estado do Piauí com 251.755 km²(*), atendendo, em 31 de março de 2025, 1.547.319 (*) consumidores, sendo tais atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

(*) referente ao total de consumidores considerando os mercados cativo e livre. Informação não revisada.

1.1 Contrato de concessão de distribuição de energia elétrica

Conforme Contrato de Concessão de Distribuição de Energia Elétrica nº 04/2001 (Contrato de Concessão), firmado com a ANEEL em 12 de fevereiro de 2001, a Companhia detinha concessão para distribuição de energia elétrica em todo o território do Estado do Piauí, cuja vigência se encerrou em 07 de julho de 2015.

Por meio do Despacho nº 4.621, de 25 de novembro de 2014, a ANEEL aprovou modelo de aditivo aos contratos de concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica, cujo objetivo é garantir que os saldos remanescentes de ativos e passivos regulatórios relativos a valores financeiros a serem apurados com base nos regulamentos preestabelecidos pela ANEEL, incluídos aqueles constituídos após a última alteração tarifária comporão o valor da indenização a ser recebida pelo concessionário em eventual término da concessão, por qualquer motivo.

A partir de então, a Companhia passou a operar como prestadora de serviço de distribuição de energia elétrica designada, conforme Portaria nº 388/2016 do MME. Neste período, a Companhia foi gerida pela Eletrobras (o antigo controlador) e, para manutenção das suas atividades, recebeu recursos do fundo Reserva Global de Reversão (RGR).

Em 18 de outubro de 2018, a Companhia celebrou o Contrato de Concessão de Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica nº 01/2018 – ANEEL, com interveniência e anuência da Equatorial S.A., como acionista controlador, cujo prazo da concessão é de 30 anos, com vigência até 17 de outubro de 2048, podendo ser renovado por igual período a critério do Poder Concedente.

1.2 Reforma tributária sobre o consumo

Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional nº 132/2023, que instituiu a reforma tributária do consumo no Brasil. A reforma substitui os tributos PIS, COFINS, IPI, ICMS e ISS por um modelo de Imposto sobre Valor Adicionado (IVA) dual, composto pela Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), de competência federal, e pelo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), de competência estadual e municipal.

Em 16 de janeiro de 2025, foi publicada a Lei Complementar nº 214/2025, estabelecendo as diretrizes iniciais para a implementação da reforma tributária. No entanto, aspectos operacionais e detalhes específicos ainda dependem de regulamentação complementar.

Dessa forma, até 31 de março de 2025, não há impactos da reforma tributária nas informações intermediárias da Companhia. A administração segue acompanhando a evolução da regulamentação e avaliará os efeitos à medida que novas definições forem estabelecidas.

Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às informações intermediárias--Continuação
Período findo em 31 de março de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

2 Base de preparação e apresentação das informações intermediárias

2.1 Declaração de conformidade

As informações intermediárias foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com o CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária (práticas contábeis adotadas no Brasil) e devem ser lidas em conjunto com as últimas demonstrações contábeis anuais do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, previamente divulgadas em 26 de março de 2025. As informações intermediárias estão apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

As informações intermediárias apresentam as principais variações no período, evitando a repetição de determinadas notas às demonstrações contábeis anuais previamente divulgadas, e estão sendo apresentadas na mesma base de agrupamentos e ordem de quadros e notas explicativas, se comparadas com as demonstrações contábeis anuais.

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro (MCSE) e das normas definidas pela ANEEL, quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e concluiu que possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração da Companhia não tem conhecimento de nenhuma incerteza que possa gerar dúvidas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas informações contábeis intermediárias. Desta forma, as informações relevantes próprias das informações contábeis intermediárias estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão das informações intermediárias foi autorizada pelo Conselho de Administração da Companhia em 14 de maio de 2025.

2.2 Base de mensuração

As informações intermediárias da Companhia foram preparadas com base no custo histórico e ajustadas para refletir (i) o valor justo de instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos e (ii) por meio de resultado e outros resultados abrangentes, quando requerido nas normas.

2.3 Moeda funcional, moeda de apresentação e transações em moeda estrangeira

As informações intermediárias são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos apresentados em Reais foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado, com exceção de itens monetários designados como parte de um *hedge* de investimento líquido, sendo essas diferenças reconhecidas diretamente em outros resultados abrangentes até o momento da alienação do investimento líquido, quando são reconhecidas na demonstração do resultado.

Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às informações intermediárias--Continuação
Período findo em 31 de março de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

3 Políticas contábeis materiais e estimativas críticas

As políticas contábeis materiais, descritas abaixo, são aquelas importantes para demonstrar a condição financeira e os resultados da Companhia e foram aplicadas de maneira consistente com aquelas adotadas e divulgadas nas demonstrações contábeis anuais da Companhia, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e devem ser lidas em conjunto.

3.1 Principais mudanças nas políticas contábeis

Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) que são aderentes e potencialmente relevantes ao contexto operacional e financeiro da Companhia são os seguintes:

3.1.1 Alterações em pronunciamentos contábeis com vigência a partir de 2025:

Diversas normas novas ou alteradas tornaram-se aplicáveis a partir do início do período de relatório atual. A Companhia avaliou essas alterações e normativos e não identificou impactos significativos em suas informações contábeis intermediárias e assim não precisou alterar suas políticas contábeis nem fazer ajustes retrospectivos em decorrência da adoção dessas normas novas ou alteradas.”

3.1.2 Alterações em pronunciamentos contábeis com vigência a partir de 2026:

Norma	Descrição da alteração	Vigência
CPC 48 / IFRS 9 e CPC 40 (R1) / IFRS 7: Classificação e mensuração de instrumentos financeiros	Estabelecem requerimentos relativos a: (i) liquidação de passivos financeiros por meio de sistema de pagamento eletrônico; (ii) avaliação das características contratuais do fluxo de caixa dos ativos financeiros, incluindo aqueles com características ambientais, sociais e de governança (ASG ou ESG); e (iii) alterações específicas na norma para abranger os contratos de eletricidade relacionada à natureza (fontes eólicas e solares).	01/01/2026
Pronunciamento Técnico CBPS nº 01 (IFRS S1): Divulgação de Informações Financeiras Relacionadas à Sustentabilidade Pronunciamento Técnico CBPS nº 02 (IFRS S2): Divulgação de Informações Climáticas	Os novos pronunciamentos abordam os requisitos e as diretrizes relacionados à sustentabilidade corporativa, alinhando-se aos padrões internacionais estabelecidos pelo IFRS S1 e IFRS S2. Essas normas visam promover maior transparência e padronização na divulgação de informações ambientais, sociais e de governança (ESG), bem como os impactos financeiros relacionados ao clima.	01/01/2026
IFRS 18: Apresentação e divulgação das Demonstrações Contábeis	A IFRS 18 introduz três categorias definidas para receitas e despesas – operacionais, de investimento e de financiamento – para melhorar a estrutura da demonstração de resultados e exige que todas as entidades forneçam novos subtotais definidos, incluindo o lucro operacional. A estrutura melhorada e os novos subtotais darão aos investidores um ponto de partida consistente para analisar o desempenho das companhias. A IFRS 18 também exige que as companhias divulguem explicações sobre as medidas específicas que estão relacionadas com a demonstração dos resultados, referidas como medidas de desempenho definidas pela Administração. Os novos requisitos irão melhorar a disciplina e a transparência das medidas de desempenho definidas pela Administração e provavelmente torná-las sujeitas a auditoria. A IFRS 18 substituirá a IAS 1/ CPC 26: Apresentação das Demonstrações Contábeis.	01/01/2027
IFRS 19: Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações	Permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS.	01/01/2027

Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às informações intermediárias--Continuação
Período findo em 31 de março de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

A Companhia está em processo de análise dos impactos dos pronunciamentos acima e decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/03/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Caixa e depósitos bancários à vista	18.304	6.613
Equivalentes de caixa (a)		
Aplicação direta		
Certificado de Depósito Bancário – CDB	154.571	172.750
Fundo de investimento		
Operações compromissadas	-	38.612
Certificado de Depósito Bancário – CDB	-	1.611
Subtotal de equivalentes de caixa	154.571	212.973
Total	172.875	219.586

- (a) Os equivalentes de caixa se referem a CDB - Certificados de Depósitos Bancários, Operações Compromissadas e outros ativos de alta liquidez e com baixo risco de crédito. Tais aplicações estão disponíveis para utilização nas operações da Companhia, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, são ativos financeiros com liquidez imediata classificados como equivalentes de caixa, conforme CPC 03 (R2) - Demonstrações de Fluxo de Caixa.

A carteira da companhia é remunerada pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), logo, a rentabilidade média ponderada da carteira no período findo em 31 de março de 2025 equivale a 102,14% do CDI (101,57% do CDI em 31 de dezembro de 2024).

5 Aplicações financeiras

	<u>31/03/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Circulante		
Aplicação Financeira		
Fundo de Investimento (a)	526.503	687.967
Cotas de fundos de investimento	510.797	590.058
Cotas de fundos de investimento FIDC (b)	15.215	15.221
Títulos Públicos	491	63.829
Letra Financeira	-	18.859
Fundo Aberto (c)	132.220	137.451
Recurso Vinculados (d)	10.598	10.475
Total circulante	669.321	835.893
Não circulante		
Recursos vinculados (d)	75	73
Total aplicações financeiras	669.396	835.966

- (a) Os fundos de investimentos representam operações de baixo risco em instituições financeiras de primeira linha e são compostos por diversos ativos visando melhor rentabilidade com o menor nível de risco, tais como: títulos de renda fixa, títulos públicos, operações compromissadas, debêntures, CDBs, de acordo com a norma de investimento da Companhia. Adicionalmente, a carteira de aplicações contém fundos, que são investimentos em cotas (FIC), administrados por instituições financeiras responsáveis por alocar os recursos em cotas de diversos fundos abertos. Logo, a Companhia não possui gestão e controle direto, tampouco participação relevante nesses fundos abertos (limite máximo de 10% do Patrimônio Líquido) conforme CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas;
- (b) Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC), sendo parte de seus recursos utilizados na operação de antecipação de títulos a pagar a fornecedores do Grupo Equatorial, conforme descrito na nota explicativa nº 12.1 – Fornecedores – Risco sacado;
- (c) Os fundos de investimentos abertos são compostos por ativos como operações compromissadas, títulos públicos, CDBs, depósitos a prazo e outros títulos de instrumentos financeiros; e
- (d) Referem-se às aplicações restritas de garantias de empréstimos e financiamentos, aplicados em títulos públicos e fundos lastreados em títulos públicos, cuja classificação entre circulante e não circulante é definida de acordo com o prazo de utilização do recurso.

Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às informações intermediárias--Continuação
Período findo em 31 de março de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

A carteira da Companhia é remunerada pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), logo, a rentabilidade média ponderada da carteira no período findo em 31 de março de 2025 equivale a 102,70% do CDI (99,09% do CDI em 31 de dezembro de 2024).

6 Contas a receber de clientes

6.1 Composição dos saldos

	31/03/2025			31/12/2024				
	A vencer	Vencidos		A vencer	Vencidos			
Até 90 dias		Mais de 90 dias	Total		Até 90 dias	Mais de 90 dias	Total	
Residencial	50.439	98.589	250.036	399.064	74.390	115.518	239.986	429.894
Industrial	11.499	1.073	3.888	16.460	12.595	1.727	4.006	18.328
Comercial	37.217	13.368	34.364	84.949	44.791	16.167	33.411	94.369
Rural	10.231	7.604	18.009	35.844	12.710	9.906	16.165	38.781
Poder público	22.737	9.256	20.624	52.617	27.322	11.915	17.472	56.709
Iluminação pública	9.452	609	12.173	22.234	9.731	4.759	10.710	25.200
Serviço público	11.961	17.486	18.807	48.254	14.068	15.478	15.448	44.994
Contas a receber de consumidores faturados	153.536	147.985	357.901	659.422	195.607	175.470	337.198	708.275
Residencial	72.246	8.726	109.431	190.403	81.393	8.438	108.066	197.897
Industrial	3.779	156	1.364	5.299	4.113	238	1.582	5.933
Comercial	9.495	1.021	14.355	24.871	10.519	1.068	14.480	26.067
Rural	4.105	560	4.988	9.653	4.452	539	4.907	9.898
Poder público	80.017	1.652	11.015	92.684	84.391	1.632	10.662	96.685
Iluminação pública	27.295	496	1.817	29.608	28.519	715	1.665	30.899
Serviço público	14.774	471	3.025	18.270	14.988	492	2.774	18.254
Parcelamentos (a)	211.711	13.082	145.995	370.788	228.375	13.122	144.136	385.633
Contas a receber de consumidores não faturados (b)	81.187	-	-	81.187	92.996	-	-	92.996
Baixa renda (c)	33.703	-	-	33.703	38.533	-	-	38.533
Outras	313.699	-	-	313.699	34.781	-	-	34.781
Subtotal	515.221	161.067	503.896	1.180.184	590.292	188.592	481.334	1.260.218
(-) Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	(33.652)	(21.767)	(316.981)	(372.400)	(37.020)	(24.240)	(305.262)	(366.522)
Total contas a receber clientes	481.569	139.300	186.915	807.784	553.272	164.352	176.072	893.696
Circulante				684.432				760.023
Não circulante				123.352				133.673

- (a) Os parcelamentos são referentes às renegociações de faturas em atraso e possuem juros de até 1% a.m. Os valores apresentados no contas a receber referente aos parcelamentos estão líquidos do ajuste a valor presente, reconhecido em 31 de março de 2025, no montante de R\$ 100.310 (R\$ 101.891 em 31 de dezembro de 2024), em contrapartida ao resultado financeiro;
- (b) Corresponde à energia elétrica distribuída, mas não faturada para os consumidores e o seu faturamento é efetuado tomando como base os ciclos de leitura, que em alguns casos após o período de encerramento contábil; e
- (c) O Governo Federal, por meio das leis nº 12.212 e nº 10.438, determinou a aplicação da tarifa social de baixa renda com a finalidade de contribuir para a modicidade da tarifa de fornecimento de energia elétrica aos consumidores finais integrantes da subclasse residencial baixa renda.

Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às informações intermediárias--Continuação
Período findo em 31 de março de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

6.2 Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (PECLD)

	<u>31/12/2024</u>	<u>(Provisões) / Reversões (b)</u>	<u>Baixas (c)</u>	<u>31/03/2025</u>
Contas a receber de consumidores faturados	(211.769)	(16.158)	10.675	(217.252)
Parcelamentos	(139.883)	(3.159)	3.490	(139.552)
Contas a receber de consumidores não faturados	(1.906)	242	-	(1.664)
Outras (a)	<u>(12.964)</u>	<u>(1.479)</u>	<u>511</u>	<u>(13.932)</u>
Total	<u>(366.522)</u>	<u>(20.554)</u>	<u>14.676</u>	<u>(372.400)</u>

- (a) A rubrica de outras perdas estimadas é composta, principalmente, por: multas sobre o consumo irregular, auto religação e inadimplência, conforme previsto na Resolução ANEEL nº 456 de 29 de novembro de 2000;
- (b) A movimentação líquida do período gerou um complemento de provisão, no montante de R\$ 20.554, com impacto no resultado operacional, conforme nota explicativa nº 19 – Custos do serviço e despesas operacionais; e
- (c) Referente à baixa da PECLD de títulos considerados incobráveis que foram efetivamente baixados do contas a receber .

Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às informações intermediárias--Continuação

Período findo em 31 de março de 2025

(Valores expressos em milhares de reais)

7 Valores a receber (devolver) da parcela A e outros itens financeiros

	31/12/2024	Constituição	Amortização	Atualização	Constituição com efeito caixa	31/03/2025
Parcela A						
CDE - conta de desenvolvimento energético (a)	(17.881)	(12.071)	1.302	(176)	-	(28.826)
PROINFA - Programa de incentivo às fontes alternativas de energia elétrica (b)	(1.771)	2.201	497	(9)	-	918
Rede básica (c)	(1.131)	9.428	(2.591)	142	-	5.848
Compra de energia CVA (d)	(57.802)	(9.134)	18.668	(1.495)	-	(49.763)
ESS – encargos do serviço do sistema	22.964	2.011	(5.158)	564	-	20.381
	<u>(55.621)</u>	<u>(7.565)</u>	<u>12.718</u>	<u>(974)</u>	<u>-</u>	<u>(51.442)</u>
Itens financeiros						
Sobrecontratação de energia (e)	(10.414)	14.646	(2.022)	(510)	-	1.700
Neutralidade (f)	(17.487)	(2.626)	5.398	(199)	-	(14.914)
Ultrapassagem de demanda e reativo excedente	(16.165)	(3.219)	2.991	(78)	-	(16.471)
Risco hidrológico	(81.318)	-	1.993	(1.144)	-	(80.469)
Compensação créditos PIS/COFINS	74.442	-	(19.381)	819	-	55.880
CDE Modicidade Tarifária (g)	(15.404)	-	3.729	(410)	-	(12.085)
Outros (h)	(13.067)	(787)	27.870	2.787	(466)	16.337
	<u>(79.413)</u>	<u>8.014</u>	<u>20.578</u>	<u>1.265</u>	<u>(466)</u>	<u>(50.022)</u>
Total	<u>(135.034)</u>	<u>449</u>	<u>33.296</u>	<u>291</u>	<u>(466)</u>	<u>(101.464)</u>
Circulante						
Valores a receber	203.294					159.043
Valores a devolver	<u>(340.653)</u>					<u>(254.777)</u>
Efeito líquido circulante ativo (passivo)	(137.359)					((95.734))
Não circulante						
Valores a receber	144.161					139.007
Valores a devolver	<u>(141.836)</u>					<u>(144.737)</u>
Efeito líquido não circulante ativo (passivo)	2.325					(5.730)
Efeito líquido total ativo (passivo)	<u>(135.034)</u>					<u>(101.464)</u>

Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às informações intermediárias--Continuação Período findo em 31 de março de 2025 (Valores expressos em milhares de reais)

- (a) O saldo da CVA CDE foi afetado pelas seguintes variações: (i) constituição negativa da CVA de R\$ 12.071, devido a quitação do empréstimo CDE Covid e Escassez conforme o DSP nº 3.056/24 e; (ii) o impacto da amortização positiva do exercício foi de R\$ 1.302;
- (b) O saldo da CVA PROINFA foi afetado pelas seguintes variações: (i) constituição positiva da CVA de R\$ 2.201, devido os custos com a quota PROINFA para o ano de 2025 conforme REH nº 3.422 de 03 de dezembro de 2024 ser maior que a cobertura tarifária concedida no processo tarifário de 2024; (ii) o impacto positivo da amortização no período foi de R\$ 497;
- (c) O saldo da CVA Rede Básica foi impactado pelas seguintes variações: (i) constituição positiva de R\$ 9.428, decorrente do aumento na contratação do Montante de Uso do Sistema de Transmissão (MUST) para 2025, o que resultou em custos com a despesa de Rede Básica superiores à cobertura tarifária estabelecida no processo tarifário de 2024; (ii) o impacto negativo da amortização no período foi de R\$ 2.591;
- (d) O saldo da CVA de energia teve como movimentação: (i) constituições negativas referente aos custos com os contratos de Energia Leilão que realizaram menor em relação a cobertura tarifária, gerando uma CVA passiva no período de R\$ 18.693; (ii) constituições positivas dos custos com efeito disponibilidade, risco hidrológico e exposição financeira repassados às distribuidoras para atendimento do mercado, gerando uma CVA ativa no período de R\$ 9.559, resultando em movimento de constituição negativa no período de R\$ 9.134; (iii) o impacto positivo da amortização no período foi de R\$ 18.668;
- (e) A constituição ativa do saldo de R\$ 14.646, deve-se à venda no mercado de curto prazo a um PLD médio de R\$ 63,53 MWh, inferior ao preço médio de compra de energia da distribuidora de R\$ 239,52/MWh, gerando uma apuração positiva no Resultado Mercado MCP. O impacto da amortização negativa no período foi de R\$ 2.022;
- (f) A neutralidade dos encargos refere-se ao cálculo das diferenças mensais, apuradas entre os valores de cada item dos encargos setoriais, faturados no período de referência e os respectivos valores contemplados no processo tarifário anterior, devidamente atualizados pela taxa SELIC. Para esse exercício foi constituído o montante negativo de R\$ (2.626). O impacto da amortização positiva para o período foi de R\$ 5.398;
- (g) A política de Modicidade Tarifária da CDE é uma ferramenta essencial para a sustentabilidade econômico-financeira do setor elétrico e para a proteção do consumidor, garantindo a equidade na distribuição dos encargos setoriais e a moderação das tarifas de energia. A amortização positiva do componente financeiro associado a esses repasses foi de R\$3.729 no período; e
- (h) O saldo total de amortização de outros foi afetado principalmente pelas amortizações da Quitação da Conta COVID/ESCASSEZ positivo em R\$ 22.516, pela Neutralidade COVID positiva em R\$ 2.132 e pela Penalidade Universalização positiva em R\$ 2.106. Os demais itens somados totalizam positivamente um valor de R\$ 1.116 e inclui financeiros como Encargos Escassez Hídrica, Garantias Financeiras, Financeiro de transmissão, Reversão de Créditos Associados a REN 376 e 414 entre outros. Os valores com efeito caixa referem-se a recebimentos oriundos de acordos de multas por rescisão contratual que serão revertidos à modicidade tarifária.

No mês de novembro de 2024, a ANEEL apurou o novo índice do reajuste tarifário da Companhia adequando suas despesas da Parcela A (custo não gerenciáveis, como compra de energia, encargos setoriais, encargos de transmissão). As tarifas de aplicação da Companhia, constantes na Resolução Homologatória nº 3.414, de 26 de novembro de 2024, foram reajustadas, em média, (4,28%), correspondendo ao efeito tarifário médio a ser percebido pelos consumidores, usuários e agentes supridos da distribuidora, de 2 de dezembro de 2024 a 1º de dezembro de 2025.

No período findo em 31 de março de 2025, a Companhia reconheceu o montante de R\$ 2.245 (R\$ 50.245 em 31 de dezembro de 2024) de bandeiras tarifárias, sendo que R\$ 81 (R\$ 47.169 em 31 de dezembro de 2024) obtidos por meio de bandeira tarifária por meio de faturamento junto aos clientes, e R\$ 2.164 (R\$ 3.076 em 31 de dezembro de 2024) recebendo via CCBRT. A bandeira tarifária foi criada por meio do Decreto nº 8.401/2015 e administrada pela CCEE.

Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às informações intermediárias--Continuação
Período findo em 31 de março de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

8 Partes relacionadas

Em 31 de março de 2025, a Companhia possui transações com partes relacionadas, principalmente dos contratos de compartilhamentos, dividendos, entre outros, com as empresas descritas abaixo:

Companhias	Notas	31/03/2025		31/12/2024	31/03/2024
		Ativo (passivo)	Efeito no resultado receita (despesa)	Ativo (passivo)	Efeito no resultado receita (despesa)
Contas a receber de clientes					
Entidade é membro do mesmo grupo econômico					
Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.	(a)	-	4.929	-	5.773
Associação para Assinatura de Energia	(a)	150	451	-	-
Total		150	5.380		5.773
Outros créditos a receber – (bens materiais)					
Entidade é membro do mesmo grupo econômico					
Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.	(b)	14	-	287	-
Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A.	(b)	178	-	-	-
Companhia de Eletricidade do Amapá – CEA	(b)	-	-	45	-
Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D	(b)	-	-	144	-
Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.	(b)	731	-	731	-
E-nova Geração Distribuída S.A.	(c)	69	54	192	49
Total		992	54	1.399	49
Outros créditos a receber					
Entidade é membro do mesmo grupo econômico					
Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.	(d)	1.014	1.014	1.403	956
Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.	(d)	1.679	1.679	1.809	1.472
Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A.	(d)	693	693	422	375
Companhia De Eletricidade do Amapá – CEA	(d)	285	285	149	101
Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D	(d)	821	821	552	606
Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.	(d)	2.520	2.520	1.431	-
Equatorial Transmissora 1 SPE S.A.	(d)	8	8	10	8
Equatorial Transmissora 2 SPE S.A.	(d)	7	7	9	8
Equatorial Transmissora 3 SPE S.A.	(d)	11	10	9	12
Equatorial Transmissora 4 SPE S.A.	(d)	33	33	62	20
Equatorial Transmissora 5 SPE S.A.	(d)	9	8	10	9
Equatorial Transmissora 6 SPE S.A.	(d)	9	9	9	10
Equatorial Transmissora 7 SPE S.A.	(d)	-	-	-	10
Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.	(d)	15	15	21	15
Total		7.104	7.102	5.896	3.602
Fornecedores					
Entidade é membro do mesmo grupo econômico					
Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.	(a)	(481)	-	(482)	-
Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A.	(e)	(4)	-	(4)	-
Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D	(e)	-	-	(37)	-
Equatorial Telecomunicações S.A.	(f)	(224)	(239)	(313)	(1.117)
Equatorial Serviços S.A.	(g)	(6.257)	(6.257)	(5.400)	(5.572)
Equatorial Transmissora 1 SPE S.A.	(h)	(73)	(164)	(64)	(160)
Equatorial Transmissora 2 SPE S.A.	(h)	(65)	(146)	(57)	(145)
Equatorial Transmissora 3 SPE S.A.	(h)	(96)	(215)	(83)	(215)
Equatorial Transmissora 4 SPE S.A.	(h)	(170)	(383)	(150)	(378)
Equatorial Transmissora 5 SPE S.A.	(h)	(79)	(178)	(43)	(176)
Equatorial Transmissora 6 SPE S.A.	(h)	(99)	(152)	(86)	(218)
Equatorial Transmissora 7 SPE S.A.	(h)	-	-	-	(144)
Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.	(h)	(96)	(204)	(77)	(255)
Total		(7.644)	(7.938)	(6.796)	(8.380)
Dividendos a pagar					
Controladora direta					
Equatorial Distribuição S.A.	(o)	(66.063)	-	(66.063)	-
Outros tipos de partes relacionadas					
Minoritários	(o)	(3.522)	-	(3.522)	-
Total		(69.585)	-	(69.585)	-

Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às informações intermediárias--Continuação
Período findo em 31 de março de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

Companhias	Notas	31/03/2025		31/12/2024	31/03/2024
		Ativo (passivo)	Efeito no resultado receita (despesa)	Ativo (passivo)	Efeito no resultado receita (despesa)
Outras contas a pagar					
Controladora indireta					
Equatorial S.A.	(i)	(7.753)	(3.578)	(4.175)	(4.032)
Entidade é membro do mesmo grupo econômico					
Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.	(d)	(5.609)	(4.313)	(5.534)	(4.798)
Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.	(d)	(1.691)	(1.691)	(1.532)	(1.807)
Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A.	(d)	(712)	(712)	(1.015)	(729)
Companhia De Eletricidade do Amapá – CEA	(d)	(249)	(249)	(239)	(166)
Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D	(d)	(653)	(653)	(1.029)	(625)
Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.	(d)	(1.836)	(1.836)	(2.504)	-
Equatorial Transmissora 1 SPE S.A.	(d)	-	-	(6)	(4)
Equatorial Transmissora 2 SPE S.A.	(d)	(6)	(6)	(10)	(10)
Equatorial Transmissora 3 SPE S.A.	(d)	-	-	(2)	(1)
Equatorial Transmissora 4 SPE S.A.	(d)	(142)	(141)	(125)	(154)
Equatorial Transmissora 5 SPE S.A.	(d)	-	-	(5)	(4)
Equatorial Transmissora 6 SPE S.A.	(d)	-	-	(1)	(1)
Equatorial Transmissora 7 SPE S.A.	(d)	-	-	-	(8)
Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.	(d)	-	-	(15)	(7)
Entidade é plano de benefício pós-emprego					
Equatorial Fundação de Previdência (EQTPREV)	(n)	-	(439)	-	-
Total		(18.651)	(13.618)	(16.192)	(12.346)
Investimentos em serviço (bens em comodato)					
Entidade é membro do mesmo grupo econômico					
Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.	(k)	48	(48)	-	-
Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A.	(l)	662	(662)	662	(662)
Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D	(m)	110	(110)	112	(112)
Companhia De Eletricidade do Amapá - CEA	(j)	251	(251)	251	(251)
Total		1.071	(1.071)	1.025	(1.025)

- (a) Os valores com a Equatorial Maranhão são provenientes do contrato de uso da rede de energia elétrica da Equatorial Piauí pelos municípios do Estado do Maranhão;
- (b) Os valores são provenientes das vendas de bens materiais;
- (c) Saldos referentes ao contrato de arrendamento de terrenos, no qual a Companhia atua como arrendador e a E-nova Geração Distribuída S.A como arrendatária;
- (d) Valores referentes aos contratos de compartilhamento que abrangem os contratos de infraestrutura relacionados ao uso do sistema de transmissão e recursos humanos, após validação dos cálculos pelo órgão regulador ANEEL;
- (e) Os valores são provenientes da compra de bens para o ativo de contrato;
- (f) A contratação de serviço é proveniente de serviços de telefonia, integração de telecomunicações de internet que usa os serviços de fibra ótica, com duração de 60 meses;
- (g) Os valores com a Equatorial Serviços S.A. são provenientes do contrato de serviços de *call center*, administrativos e despesas incorridas, com prazo de duração de 60 meses;
- (h) Valores referem-se a serviços prestados pelas transmissoras de energia, do mesmo grupo econômico da companhia, por meio da Tarifa do Uso do Sistema de Transmissão (TUST);
- (i) Em 16 de setembro de 2022, foi assinado Instrumento Particular de Remuneração pela Prestação de Garantia Corporativa (fiança/aval), entre a Equatorial Piauí Distribuidora S.A. (Contratante) e a Equatorial S.A. (Contratada), com o objetivo de remunerar as garantias prestadas sob forma de fiança/aval em contratos. A prestação da garantia, terá uma remuneração equivalente a 1% (um por cento) ao ano, pro rata, incidente sobre o saldo devedor do título ou contrato garantido;
- (j) Relação de ativos cedidos em comodato, da Equatorial Piauí Distribuição de Energia S.A para à Companhia de Eletricidade do Amapá de forma não onerosa pelo prazo de 5 (cinco) meses conforme descrito no Termo de Comodato, podendo sua devolução acontecer antes a critério das partes;
- (k) Relação de ativos cedidos em comodato, da Companhia para a Equatorial Maranhão Distribuição de Energia S.A., de forma não onerosa pelo prazo de 32 (trinta e dois) e 13 (treze) meses conforme descrito no Termo de Comodato, podendo sua devolução acontecer antes a critério das partes;
- (l) Relação de ativos cedidos em comodato, da Equatorial Piauí Distribuição de Energia S.A. para à Equatorial Alagoas Distribuição de Energia S.A de forma não onerosa pelo prazo de 10 (dez) meses conforme descrito no Termo de Comodato, podendo sua devolução acontecer antes a critério das partes;
- (m) Relação de ativos cedidos em comodato, da Equatorial Piauí Distribuição de Energia S.A para Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D, e de forma não onerosa pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses conforme descrito no Termo de Comodato, podendo sua devolução acontecer antes a critério das partes;
- (n) Os valores com a EQTPREV são provenientes das contribuições da patrocinadora da Companhia com sua Fundação de Previdência Complementar; e
- (o) Valor refere-se, principalmente, à distribuição de dividendos referentes ao exercício de 2024. Em 26 de março de 2025 conforme a ata da Assembleia Geral Ordinária, houve a aprovação da distribuição de dividendos no montante de R\$ 68.487, oriundos de dividendos mínimos obrigatórios, conforme divulgado na nota explicativa nº 18 – Dividendos a pagar das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2024.

Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às informações intermediárias--Continuação
Período findo em 31 de março de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

8.1 Remuneração de pessoal-chave da Administração

O pessoal-chave da Administração inclui o Conselho de Administração, o Presidente e Diretores. A remuneração anual total foi fixada em até R\$ 19.600, conforme Ata de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, realizada em 28 de abril de 2025 (R\$ 16.100, conforme Ata da Assembleia Geral Ordinária, realizada em 26 de abril de 2024).

Os benefícios pós-empregos estão descritos na nota explicativa nº 21 – Benefício pós-emprego (Entidade de previdência privada) e referem-se aos planos de benefícios de aposentadoria e pensão com o objetivo de complementar e suplementar os benefícios pagos pelo sistema oficial da previdência social.

Os diretores executivos possuem o benefício de plano de Pagamento Baseado em Ações. As datas de vencimento e os preços de período das opções de compra de ações pelos diretores executivos e detalhes adicionais do plano estão apresentados nas notas explicativas nº 17.2 – Plano de opção de compra de ações.

Proporção de cada elemento na remuneração total paga, referente ao período findo em 31 de março de 2025:

	31/03/2025	%
Remuneração fixa anual	1.001	40%
Salário ou Pró-labore	900	36%
Benefícios diretos e indiretos	101	4%
Benefício pós emprego	753	30%
Remuneração baseada em ações	731	29%
Benefícios pós emprego	22	1%
Valor total da remuneração	2.507	100%

8.2 Garantias

A Equatorial S.A., controladora indireta da Equatorial Piauí, presta garantia como avalista ou fiadora para esta com ônus^(*), nos contratos de empréstimos e financiamentos, e sem ônus nas apólice de seguros, conforme abaixo listado:

Instituição	Valor contratado	% do aval	Início	Término	Valor liberado	31/03/2025 (a)
BNDES 18/19/20	403.066	100	23/12/2019	15/10/2039	380.000	432.091
BNDES 21/22/23	643.031	100	28/01/2021	15/05/2040	643.031	696.400
BNDES 22/23/24	720.000	100	28/03/2025	15/08/2043	260.000	256.589
Scotiabank 300MM	300.000	100	26/04/2021	27/04/2026	300.000	311.886
Apólice de seguros	129.206	100	07/02/2020	04/08/2029	N/A	N/A
Total	2.195.303				1.583.031	1.696.966

(a) Os valores atualizados dos empréstimos e financiamentos, estão líquidos do custo de captação.

(*) Referente a remuneração dos avalistas em 1% a.a. sobre o saldo devedor.

9 Ativo financeiro da concessão

A movimentação dos saldos referentes ao Ativo financeiro da concessão está conforme a seguir demonstrada:

	31/12/2024	Atualização do ativo financeiro (a)	Transferência – Ativos de contrato (b)	Baixas	31/03/2025
Ativo financeiro	632.144	5.518	10.325	(20)	647.967
Obrigações especiais	(355.822)	-	-	-	(355.822)
Total ativo financeiro da concessão	276.322	5.518	10.325	(20)	292.145

Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às informações intermediárias--Continuação
Período findo em 31 de março de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

- (a) Visando a melhor estimativa da indenização ao final da concessão, o valor justo do ativo financeiro é revisado mensalmente, considerando a atualização do IPCA, por ser este um dos principais critérios de atualização anual utilizados pelo regulador nos processos de reajuste tarifário;
- (b) Correspondem às transferências (bifurcação) dos ativos de contrato para o ativo financeiro da concessão.

A concessão da Companhia não é onerosa, desta forma, não há obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao Poder Concedente.

10 Intangível

O ativo intangível está constituído conforme a seguir demonstrado:

		31/03/2025			
	Taxas anuais médias ponderadas de amortização (%)	Custo	Amortização	(-) Obrigações vinculadas à concessão	Valor líquido
		Em serviço	4,17%	5.183.055	(1.595.970)
Total		5.183.055	(1.595.970)	(654.904)	2.932.181

		31/12/2024			
	Taxas anuais médias ponderadas de amortização (%)	Custo	Amortização	(-) Obrigações vinculadas à concessão	Valor líquido
		Em serviço	4,17%	5.092.245	(1.538.708)
Total		5.092.245	(1.538.708)	(651.853)	2.901.684

O ativo intangível é composto pelo direito de uso dos bens vinculados ao contrato de serviço de concessão amortizáveis pela vida útil do bem e limitado à data do contrato de concessão até outubro de 2048, conforme ICPC 01(R1) – Contratos de concessão.

10.1 Movimentação do ativo intangível

	31/12/2024	Adições	Baixas (a)	Transferência de ativos de contrato (b)	31/03/2025
Em serviço	5.092.245	-	(3.172)	93.982	5.183.055
(-) Amortização	(1.538.708)	(59.537)	2.275	-	(1.595.970)
Total em serviço	3.553.537	(59.537)	(897)	93.982	3.587.085
Obrigações especiais em serviço (c)	(1.089.358)	-	-	(14.139)	(1.103.497)
(-) Amortização	437.505	11.088	-	-	448.593
Total em obrigações especiais	(651.853)	11.088	-	(14.139)	(654.904)
Total	2.901.684	(48.449)	(897)	79.843	2.932.181

- (a) Valores correspondem às baixas por perda de bens materiais entre as quais destacamos: baixa de medidores; transformadores e religadores de distribuição;
- (b) Correspondem às transferências (bifurcação) dos ativos de contrato para o intangível em serviço e ativo financeiro da concessão; e
- (c) Obrigações especiais representam, substancialmente, recursos da União Federal, dos Estados e dos Municípios e pela participação de consumidores, vinculados à realização de investimentos na concessão do serviço público de energia elétrica.

A Companhia avaliou e verificou que o valor contábil dos bens não excede seu valor recuperável para o período findo em 31 de março de 2025 e 31 de dezembro de 2024.

Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às informações intermediárias--Continuação
Período findo em 31 de março de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

11 Ativos de contrato

A movimentação dos ativos de contrato está conforme a seguir demonstrado:

	Transferências (c)				31/03/2025
	31/12/2024	Adições (b)	Ativo intangível	Ativo financeiro	
Em curso	697.735	190.499	(93.982)	(10.325)	783.927
Obrigações especiais (a)	(132.102)	(667)	14.139	-	(118.630)
Total ativos de contrato	565.633	189.832	(79.843)	(10.325)	665.297

- (a) Obrigações especiais representam, substancialmente, recursos da União Federal, dos Estados e dos Municípios e pela participação de consumidores, vinculados à realização de investimentos na concessão do serviço público de energia elétrica;
- (b) O montante de R\$ 189.832 refere-se às adições líquidas de ativo contratual reconhecidas no período, onde R\$ 168.460 impactou o caixa da Companhia, R\$ 16.623 refere-se às adições em contrapartida de fornecedores, R\$ 9.750 refere-se às adições em contrapartida de obrigações sociais e trabalhistas e R\$ 827 refere-se à capitalização de juros de empréstimos ligados à aquisição ou construção de ativos qualificáveis de acordo com as regras do CPC 20 (R1) - Custos de Empréstimos e R\$ 5.828 refere-se a provisão para perda de estoque (nota explicativa nº 19.2 – outras receitas (despesas) operacionais. Para maiores informações, ver informações na nota explicativa nº 23 – Demonstração dos fluxos de caixa; e
- (c) Correspondem às transferências (bifurcação) dos ativos de contrato para o intangível em serviço e ativo financeiro da concessão.

A Companhia avaliou o impacto e concluiu como baixo o risco de não recebimento e perda associada aos ativos de contrato, pois os mesmos serão remunerados, a partir da entrada em serviço, (i) por meio do incremento da tarifa cobrada dos clientes, através dos ciclos de Revisão Tarifária Periódica, compondo a receita de tarifa faturada aos consumidores, ou ainda (ii) pelo direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do Poder Concedente, a título de indenização pela reversão da infraestrutura do serviço público. Dessa forma, não foi identificado nenhum indicativo de perda ao valor recuperável do ativo, e, consequentemente, nenhuma provisão foi constituída nos períodos findos em 31 de março de 2025 e 31 de dezembro de 2024. Os valores dos bens em construção estão sujeitos à fiscalização da ANEEL.

12 Fornecedores

	31/03/2025	31/12/2024
Suprimento de energia elétrica (a)	112.374	135.325
Encargos de uso da rede elétrica	41.394	40.126
Materiais e serviços (b)	146.309	155.578
Repasse de energia livre	27.679	27.679
Partes relacionadas – nota explicativa nº 8	7.644	6.796
Total fornecedores	335.400	365.504

- (a) O saldo em 31 de março de 2025 apresentou uma redução de R\$ 22.951 em relação a 31 de dezembro de 2024, em função das seguintes variações: (i) redução de R\$ 11.023 nas despesas em aberto referentes aos contratos de energia; e (ii) redução de R\$ 11.928 nas despesas do Mercado de Curto Prazo. Esses fatores explicam a movimentação observada no período analisado; e
- (b) A composição deve-se, substancialmente, a fornecedores de materiais e serviços atinentes ao custeio operacional e investimentos realizados na infraestrutura da área concessão da Companhia realizada no decorrer do período. A variação do período refere-se principalmente, aos serviços técnico-comerciais.

O saldo de Fornecedores não incide juros e é geralmente liquidado pela Companhia em prazo médio de até 46 dias (58 dias em 31 de dezembro de 2024).

12.1 Fornecedores – Risco sacado

Com o propósito de fortalecer as relações comerciais com seus fornecedores, a Companhia autorizou a realização de cessão de crédito junto a terceiros e, para os títulos cedidos, a Companhia realizará o pagamento destes diretamente ao seu detentor, na data de vencimento e montantes que foram anteriormente acordados com seus fornecedores originais ('passivo original'), não havendo postergação de prazo pela Companhia ou incidência de juros sobre os títulos cedidos, garantias, ou existência de cláusulas contratuais

Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às informações intermediárias--Continuação
Período findo em 31 de março de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

que possam requerer vencimentos antecipados. A Companhia não possui influência sobre as negociações entre o fornecedor e a instituição financeira.

Atualmente, a transação é operacionalizada por um Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC), através de uma plataforma 100% digital, gerenciada pelo próprio FIDC (não sendo parte relacionada da Companhia). A Companhia disponibiliza as faturas ao FIDC que, por sua vez, adiciona estas faturas na plataforma. O fornecedor acessa a plataforma, selecionando as faturas que deseja antecipar e a liquidação pelo FIDC no mesmo dia. A Companhia não possui operações de risco sacado com saldo vencido e o fechamento da operação entre o FIDC e o fornecedor fica a livre critério deste último, sem participação da Companhia, sendo a participação no acordo de financiamento opcional para os fornecedores. Se os fornecedores optarem por receber o pagamento antecipado, pagarão uma taxa ao FIDC, da qual a Companhia não é parte. A Companhia quita a fatura original, pagando ao FIDC de acordo com a data de vencimento original mencionada.

Em 31 de março de 2025, o saldo de fornecedores – risco sacado é de R\$ 51.651 (R\$ 43.175 em 31 de dezembro de 2024), sendo estes montantes integralmente liquidados pelo FIDC nas referidas datas, ou seja, quando um fornecedor adere a esta modalidade o mesmo recebe de imediato o valor de sua fatura, e portanto, não há faturas a pagar de posse do operador do FIDC.

Os pagamentos dessas transações impactaram o fluxo de caixa da Companhia em R\$ 61.509 durante o período de 31 de março de 2025 (R\$ 249.170 em 31 de dezembro de 2024).

O prazo médio de pagamento destes títulos é de 83 dias (84 dias em 31 de dezembro de 2024).

13 Empréstimos e financiamentos

13.1 Composição do saldo

	Custo da dívida (% a.a.)	Garantias	31/03/2025		
			Principal e encargos		
			Circulante	Não circulante	Total
Moeda estrangeira (US\$)					
Scotiabank (a)	CDI + 1,15% a 1,77%	Aval/Fiança	163.740	437.689	601.429
Santander (a)	CDI + 1,62%	N/A	986	162.513	163.499
Bank of America (a)	CDI + 1,15%	N/A	4.509	178.169	182.678
Total moeda estrangeira US\$			169.235	778.371	947.606
Moeda nacional					
BOCOM	CDI + 1,05%	N/A	6.608	200.000	206.608
BNDES	IPCA + 3,93% a 4,43%/ CDI + 0,05%	Aval/Fiança + Conta Reserva + Recebíveis	91.481	1.297.277	1.388.758
CCEE	5,00%	Recebíveis	27.879	1.053.111	1.080.990
China Construction Bank	CDI + 0,97%	N/A	151.802	-	151.802
Subtotal			277.770	2.550.388	2.828.158
(-) Ajuste a valor presente – AVP (b)			-	(529.101)	(529.101)
(-) Custo de captação			(2)	(3.676)	(3.678)
Total moeda nacional			277.768	2.017.611	2.295.379
Total empréstimos e financiamentos			447.003	2.795.982	3.242.985

	Custo da dívida (% a.a.)	Garantias	31/12/2024		
			Principal e encargos		
			Circulante	Não circulante	Total
Moeda estrangeira (US\$)					
Scotiabank (a)	CDI + 1,15% a 1,77%	Aval/Fiança	169.555	470.048	639.603
Santander (a)	CDI + 1,62%	N/A	1.059	174.529	175.588
Bank of America (a)	CDI + 1,15% a 1,38%	N/A	467.371	192.172	659.543
Total moeda estrangeira US\$			637.985	836.749	1.474.734

Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às informações intermediárias--Continuação
Período findo em 31 de março de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

Moeda nacional						
BOCOM	CDI + 1,05%	N/A		97	200.000	200.097
BNDES	IPCA + 3,93% a 4,43%	Aval/Fiança + Conta Reserva + Recebíveis		76.165	1.054.241	1.130.406
CCEE	5,00%	Recebíveis		27.593	1.059.464	1.087.057
China Construction Bank	CDI + 0,97%	N/A		6.065	150.000	156.065
Subtotal				<u>109.920</u>	<u>2.463.705</u>	<u>2.573.625</u>
(-) Ajuste a valor presente – AVP (b)				-	(534.710)	(534.710)
(-) Custo de captação				<u>(2)</u>	<u>(31)</u>	<u>(33)</u>
Total moeda nacional				<u>109.918</u>	<u>1.928.964</u>	<u>2.038.882</u>
Total empréstimos e financiamentos				<u>747.903</u>	<u>2.765.713</u>	<u>3.513.616</u>

- (a) Considera-se no custo da dívida do *Scotiabank*, *Santander* e *Bank of America*, o custo da ponta passiva do *swap*, para mais detalhes, vide nota explicativa nº 22.4 – Instrumentos financeiros derivativos; e
- (b) Ajuste a valor presente sobre o saldo do empréstimo aprovado pela ANEEL a título de RGR (Reserva Global de Reversão), realizado em função da alteração das condições contratuais definidas no novo contrato de concessão para a dívida cujos juros foram repactuados para 5% a.a. A Companhia reconheceu o ajuste a valor presente de R\$ 674.930, utilizando como data base 31 de março de 2019, e taxa de desconto, taxa que refletia o risco e prazos das captações disponíveis no mercado à Companhia. Em 31 de março de 2025 o saldo de ajuste a valor presente corresponde a R\$ 529.101 (R\$ 534.710 em 31 de dezembro de 2024).

13.2 Movimentação de empréstimos e financiamentos

A movimentação da conta de Empréstimos e financiamentos está conforme a seguir demonstrada:

	Moeda nacional		Moeda estrangeira (US\$)		Total
	Passivo Circulante	Passivo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	
Saldos em 31 de dezembro de 2024	109.918	1.928.964	637.985	836.749	3.513.616
Ingressos	14.118	245.880	-	-	259.998
Encargos	36.086	-	11.403	-	47.489
Varição monetária e cambial	1.122	15.848	(29.563)	(58.378)	(70.971)
Transferências	169.434	(169.434)	-	-	-
Amortizações de principal	(24.737)	-	(415.793)	-	(440.530)
Pagamentos de juros	(33.784)	-	(34.797)	-	(68.581)
Ajuste a valor presente	5.609	-	-	-	5.609
Custo de captação (a)	2	(3.647)	-	-	(3.645)
Saldos em 31 de março de 2025	<u>277.768</u>	<u>2.017.611</u>	<u>169.235</u>	<u>778.371</u>	<u>3.242.985</u>

- (a) Refere-se a movimentação do custo de transação/captação, quando positivo significa amortização e quando negativo adição.

13.3 Ingressos

Controlada	Instituição	Ingresso	Data do Ingresso	Pagamento de Juros	Amortização	Destinação de Recurso	Encargo Financeiro (a.a.)	Taxa Efetiva com Derivativo (a.a.)
Equatorial Piauí	BNDES	259.998	mar-25	Mensal	Mensal	Investimento	IPCA + 7,52%	CDI + 0,05%
	Total	259.998						

Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às informações intermediárias--Continuação
Período findo em 31 de março de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

13.4 Cronograma de amortização da dívida

Em 31 de março de 2025, as parcelas relativas aos empréstimos e financiamentos apresentavam os seguintes vencimentos:

Vencimento	31/03/2025	
	Valor	%
Circulante	447.003	14%
2026	603.652	19%
2027	578.138	18%
2028	118.086	4%
2029	119.513	4%
De 2030 até 2048	1.909.370	59%
Subtotal	3.328.759	103%
Ajuste a valor presente (não circulante)	(529.101)	-16%
Custo de captação (não circulante)	(3.676)	0%
Não circulante	2.795.982	86%
Total empréstimos e financiamentos	3.242.985	100%

13.5 Covenants dos empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos contratados pela Companhia possuem *covenants* apurados na Companhia, no caso empréstimo com Santander e *Bank of America* e *Scotiabank*. Abaixo estão apresentados os *covenants* financeiros presentes nos contratos de empréstimos e financiamentos da Companhia:

Covenants Empréstimos	Santander	Scotiabank	Bank of America
1º Dívida líquida/EBITDA: <= 4,5	3,6	3,6	3,6

A Equatorial S.A. é garantidora no empréstimo com o Scotiabank, cujo não cumprimento durante o exercício de apuração, poderá acarretar o vencimento antecipado dos contratos. Abaixo estão apresentados os *covenants* financeiros presentes nos contratos de empréstimos e financiamentos da Companhia:

Covenants Empréstimos	Scotiabank
1º Dívida líquida/EBITDA: <= 4,5	3,6

Os indicadores acima obedecem fidedignamente aos conceitos de dívida líquida contratual e EBITDA contratual, conforme conceitos acordados e expressos nos documentos contratuais. Estas informações visam unicamente dar conhecimento acerca dos indicadores apurados em conformidade com as definições acordadas.

No período findo em 31 de março de 2025, a Companhia manteve-se em cumprimento de todas as obrigações e dentro dos limites estipulados nos contratos.

Adicionalmente aos indicadores mencionados acima, a Companhia possui *covenants* financeiros junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) cuja apuração é anual, assegurado por auditoria independente, entregue até 31 de maio do ano subsequente. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024 a Companhia manteve-se em cumprimento de todas as obrigações e dentro dos limites estipulados nos contratos.

Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às informações intermediárias--Continuação
Período findo em 31 de março de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

14 Debêntures

14.1 Movimentação de debêntures

A movimentação das debêntures do período está conforme a seguir demonstrada:

	<u>Passivo circulante</u>	<u>Passivo não circulante</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2024	<u>7.937</u>	<u>692.302</u>	<u>700.239</u>
Encargos	18.520		18.520
Transferências	(2.951)	2.951	-
Pagamentos de juros	(9.022)	-	(9.022)
Variação monetária	1.718	5.679	7.397
Custo de captação	245	-	245
Saldos em 31 de março de 2025	<u>16.447</u>	<u>700.932</u>	<u>717.379</u>

14.2 Características das debêntures

Emissão	Característica das debêntures	Garantias	Série	Valor da emissão	Custo Nominal	Data da Emissão	Vencimento	31/03/2025		
								Passivo circulante	Passivo não circulante	Total
1ª	(1)/(3)/(4)	N/A	Única	400.000	CDI + 1,37% a.a.	dez/21	dez/26	16.618	400.000	416.618
3ª (a)	(1)/(3)/(4)/(5)	N/A	Única	300.000	CDI + 0,41% a.a.	out/24	set/36	(171)	300.932	300.761
							Total	16.447	700.932	717.379

- (1) Emissão pública de debêntures simples
(3) Não conversíveis em ações
(4) Espécie Quirografária
(5) Debêntures Incentivadas

(a) Considera-se no custo da 3ª Debêntures, série única, o custo da ponta passiva do swap.

As emissoras das debêntures incentivadas, conforme o artigo 2º da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011, alterada pelo Decreto nº 11.964, de 26 de março de 2024, tem como obrigatoriedade aplicar a totalidade dos recursos captados nas emissões das debêntures no custeio das despesas já incorridas e/ou a incorrer relativas aos projetos apresentando ao MME – Ministério de Minas e Energia. A finalidade das debêntures incentivadas é captar recursos destinados a projetos de infraestrutura e todos os recursos obtidos foram utilizados pela Companhia para esse fim.

Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às informações intermediárias--Continuação
Período findo em 31 de março de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

14.3 Cronograma de amortização da dívida

As parcelas relativas às debêntures e os seus vencimentos estão programados conforme descrito a seguir:

	31/03/2025	
	Valor	%
Vencimento		
Circulante	16.447	2%
2026	400.000	56%
Até 2036	311.288	43%
Subtotal	711.288	99%
Custo de captação (Não circulante)	(10.356)	-1%
Total não circulante	700.932	98%
Total debêntures	717.379	100%

14.4 Covenants das debêntures

As debêntures contratadas pela Companhia possuem garantias reais e *covenants* não financeiros e financeiros, cujo não cumprimento durante o período de apuração, poderá acarretar o vencimento antecipado dos contratos.

Abaixo estão apresentados os *covenants* financeiros presentes nos contratos de debêntures da Companhia:

Covenants debentures	1ª emissão debêntures	3ª emissão debêntures
1º Dívida líquida/EBITDA: <=4,5	3,6	3,6

Os indicadores acima, obedecem fidedignamente aos conceitos de dívida líquida contratual e EBITDA contratual, conforme conceitos acordados e expressos nos documentos contratuais. Estas informações visam unicamente dar conhecimento acerca dos indicadores apurados em conformidade com as definições ora acordadas.

No período findo em 31 de março de 2025, a Companhia manteve-se em cumprimento de todas as obrigações e dentro dos limites estipulados nos contratos.

15 Impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos

15.1 Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda é calculado com alíquota de 25%, considerando o adicional de 10%, e a contribuição social pela alíquota de 9%, sendo oriundos de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social e diferenças temporárias. Em 31 de março de 2025, a Administração concluiu os estudos de recuperabilidade dos seus créditos fiscais com base em projeções provenientes do seu planejamento estratégico e considera que serão realizados à medida em que as provisões forem realizadas e na realização de eventos futuros, ao longo do período da concessão.

Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às informações intermediárias--Continuação
Período findo em 31 de março de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

Dessa forma, os tributos diferidos estão dispostos, conforme apresentação abaixo:

	31/03/2025	31/12/2024
Créditos ativos de:		
Prejuízo fiscal	368.740	384.582
Base negativa	125.492	131.152
	494.232	515.734
Diferenças temporárias (ativo):		
Provisão para riscos judiciais	56.313	57.514
Receitas – CPC 47	1.094	1.068
Provisão para participação nos lucros	2.152	8.113
Arrendamentos – CPC 06 (R2)	53	45
Provisões atuariais	53.179	53.155
Ativo imobilizado em curso ressarcível (AIC)	38.868	38.868
Outras provisões	12.055	9.961
Total	163.714	168.724
Diferenças temporárias (passivo):		
Reversão de perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (PECLD)	(4.411)	(5.410)
Ajuste a valor presente	(171.387)	(173.032)
Atualização do ativo financeiro VNR	(14.356)	(12.480)
Swap	(6.193)	(38.341)
Total	(196.347)	(229.263)
Total tributo diferido ativo (passivo)	461.599	455.195

15.2 Movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos

	31/12/2024	Resultado do período	Resultado abrangente	Baixas (a)	31/03/2025		
					Valor líquido	Ativo fiscal diferido	Passivo fiscal diferido
Prejuízo fiscal	384.582	(15.842)	-	-	368.740	368.740	-
Base negativa	131.152	(5.659)	-	(1)	125.492	125.492	-
Provisão para riscos judiciais	57.514	(1.201)	-	-	56.313	56.313	-
PECLD	(5.410)	999	-	-	(4.411)	-	(4.411)
Ajuste a valor presente	(173.032)	1.645	-	-	(171.387)	-	(171.387)
Atualização do ativo financeiro VNR	(12.480)	(1.876)	-	-	(14.356)	-	(14.356)
Provisão atuariais	53.155	24	-	-	53.179	53.179	-
Provisão para participação nos lucros	8.113	(5.961)	-	-	2.152	2.152	-
Variação Swap	(38.341)	57.191	(25.043)	-	(6.193)	-	(6.193)
Receitas/Custos - CPC 47	1.068	26	-	-	1.094	1.094	-
Arrendamentos - CPC 06	45	8	-	-	53	53	-
Ativo imobilizado em curso ressarcível (AIC)	38.868	-	-	-	38.868	38.868	-
Outras provisões não dedutíveis	9.961	2.094	-	-	12.055	12.055	-
Total	455.195	31.448	(25.043)	(1)	461.599	657.946	(196.347)

15.3 Expectativa de recuperação – Prejuízo fiscal e base negativa e diferenças temporárias

Com base nos estudos técnicos de viabilidade, a Administração estima que a realização dos créditos fiscais possa ser feita conforme demonstrado abaixo:

Expectativa de realização	2025	2026	2027	2028	Após 2028	Total
Impostos de renda e contribuição social diferidos a realizar	12.478	64.041	74.510	86.200	420.717	657.946

Em 31 de março de 2025, a Companhia apresenta o saldo de R\$ 657.946 a realizar de impostos diferidos sobre prejuízos fiscais, base negativa e diferenças temporais, que correspondem a R\$ 368.740, R\$ 125.492 e R\$ 163.714, respectivamente.

Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às informações intermediárias--Continuação
Período findo em 31 de março de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

15.4 Conciliação da despesa com imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social Sobre Lucro Líquido (CSLL), nos períodos findos em 31 de março de 2025 e 2024, está demonstrada conforme a seguir:

	31/03/2025		31/03/2024	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Lucro contábil antes do IRPJ e da CSLL	53.482	53.482	74.939	74.939
Alíquota fiscal	25%	9%	25%	9%
Pela alíquota fiscal	(13.371)	(4.813)	(18.735)	(6.745)
Ajustes que afetaram o cálculo dos tributos sobre o lucro				
Outras adições (reversões) permanentes	(530)	-	(668)	75
Incentivo PAT	311	-	266	-
Incentivo prorrogação licença maternidade	8	-	7	-
IRPJ Subvenção Governamental	11.775	-	15.679	-
IRPJ e CSLL correntes/diferido no resultado	(1.807)	(4.813)	(3.451)	(6.670)
Alíquota efetiva	3%	9%	5%	9%
Imposto Corrente	(24.864)	(13.204)	-	(4.785)
Imposto Diferido	23.057	8.391	(3.451)	(1.885)

16 Provisão para riscos judiciais e depósitos vinculados

A Companhia é parte (polo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das suas operações, envolvendo questões fiscais, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base nas experiências anteriores referentes às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, conforme a seguir demonstrado:

	31/03/2025		31/12/2024	
	Provisão	Depósitos vinculados	Provisão	Depósitos vinculados
Cíveis	113.689	(722)	113.045	4.472
Fiscais	17.707	9.878	17.498	9.878
Trabalhistas	28.776	14.040	33.169	14.055
Total	160.172	23.196	163.712	28.405
Circulante (a)	40.335	189	44.747	189
Não circulante	119.837	23.007	118.965	28.216

(a) Os valores classificados no ativo circulante referem-se a alvarás judiciais já obtidos em favor da Companhia, cujos depósitos ou penhoras judiciais feitas anteriormente, sendo a expectativa de recebimento dentro dos próximos 12 meses.

16.1 Movimentação no período

	31/12/2024		31/03/2025			
	Saldo inicial	Adições	Utilização (1)	Reversão de provisão (2)	Atualização (3)	Saldo final
Cíveis	113.045	3.068	(3.757)	(556)	1.889	113.689
Fiscais	17.498	-	-	-	209	17.707
Trabalhistas	33.169	451	(1.483)	(1.277)	(2.084)	28.776
Total de provisões	163.712	3.519	(5.240)	(1.833)	14	160.172

- (1) Gastos efetivos (pagamentos) com contingências judiciais;
(2) Reversões realizadas durante o período; e
(3) Atualizações monetárias mensais pelo INPC acrescido de 1% da taxa SELIC.

Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às informações intermediárias--Continuação
Período findo em 31 de março de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico.

No período findo em 31 de março de 2025, as provisões foram revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Adicionalmente, a Companhia possui processos de natureza trabalhista, cível e fiscal em andamento, cuja probabilidade de perda foi estimada como possível, não requerendo a constituição de provisão. O total dos referidos processos está demonstrado abaixo:

	<u>31/03/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Cíveis	374.494	367.133
Fiscais	4.709	5.888
Trabalhistas	110.556	104.185
Total	<u>489.759</u>	<u>477.206</u>

Dentre os processos relevantes cujo risco de perda é considerado provável e possível destacamos, respectivamente:

16.2 Cíveis

A Companhia figura como ré em 7.401 processos cíveis em 31 de março de 2025 (7.414 processos em 31 de dezembro de 2024), dentre estes, há 6.835 processos com provisão, sendo que 2.706 tramitam em Juizados Especiais, os quais, em sua grande maioria, referem-se aos pleitos de danos materiais e morais, incluindo ressarcimento de valores pagos por consumidores.

Ações cíveis nas quais são requeridas indenizações por danos morais, materiais entre outros, decorrentes de incidentes ocorridos durante o curso normal dos negócios, e rescisão de contratos com fornecedores, tem provisão provável constituída no montante de R\$ 113.689 (R\$ 113.045 em 31 de dezembro de 2024). Dentre esses processos classificados como prováveis citados acima, os mais relevantes são:

Processo nº 0013909-85.2012.8.18.0140 que tem como objeto a ocorrência de incêndio em decorrência de desligamento, supostamente “abrupto”, de sua unidade consumidora em 21 de dezembro de 2011 e, em razão disso, requer o pagamento de indenização a título de danos materiais e lucros cessantes, no montante de R\$ 5.145 (R\$ 5.038 em 31 de dezembro de 2024). Atualmente o processo encontra-se pendente de análise do recurso da Distribuidora de embargos de declaração no cumprimento de sentença, onde foi proferida decisão acatando o pedido de compensação do valor executado com débito da exequente; e

Processo nº 0012732-04.2003.8.18.0140 em que tem como autor o Município de Água Branca e outros e como objeto suposta compensação de valores a maior na Transação de Crédito Tributário firmada com o Estado e, em razão disso, requer a devolução das quantias supostamente adimplidas a maior, bem como a repetição do indébito desses valores, no montante de R\$ 54.217 (R\$ 53.505 em 31 de dezembro de 2024), considerando-se o posicionamento do Poder Judiciário em processo similar. Atualmente o processo encontra-se em instrução.

Além dos processos provisionados, em 31 de março de 2025, existem 370 outras contingências cíveis cujas possibilidades de perda são avaliadas como possível pela Administração, com base na avaliação da gerência jurídica, como possíveis, no montante de R\$ 374.494 (R\$ 367.133 em 31 de dezembro de 2024). Dentre esses processos destacam-se:

Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às informações intermediárias--Continuação
Período findo em 31 de março de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

Processo nº 0000196-96.2001.4.01.4000, tem como autor Companhia Hidroelétrica do São Francisco – CHESF e como objeto suposto descumprimento contratual. Atualmente o processo encontra-se em fase recursal apenas no tocante ao cabimento de honorários advocatícios decorrentes do acordo já homologado judicialmente, no montante de R\$ 22.755 (R\$ 22.452 em 31 de dezembro de 2024); e

Processo nº 0037357-09.2015.4.01.3400, tem como objeto a suposta ausência de implementação das contribuições previdenciárias ao plano de benefícios de previdência complementar dos empregados, no montante de R\$ 229.207 (R\$ 225.268 em 31 de dezembro de 2024). Sentença declarando a incompetência da Justiça Federal. Protocolado agravo.

16.3 Fiscais

A Companhia figura como ré em 124 processos fiscais em 31 de março de 2025 (163 processos em 31 de dezembro de 2024), dentre estes, há 11 processos com provisão constituída no montante de R\$ 17.707 (R\$ 17.498 em 31 de dezembro de 2024), dos quais, destacam-se:

Processo nº 0020659-98.2015.8.18.0140, trata-se de ação cautelar de arresto proposta pelo Estado do Piauí face a ausência de repasse do ICMS incidente sobre o fornecimento de energia elétrica. A sentença pôs termo à ação cautelar e condenou a empresa ao pagamento de honorários advocatícios no valor de 3% do valor do proveito econômico, que consiste em um valor de R\$ 2.421. Foi interposta apelação, quanto à condenação dos honorários, que teve seu provimento negado. Oposto embargos, os quais foram improvidos. Recurso Especial interposto e não conhecido. Atualmente o processo está em fase de Agravo Interno proposto pela Companhia conhecido e provido para que o juízo de origem reexame a condenação dos honorários. Dessa volta, os autos voltaram conclusos ao juiz de origem. Com valor provisionado de R\$ 4.136 (R\$ 4.022 em 31 de dezembro de 2024); e

Processo nº 0001358-67.2017.4.01.4000, trata-se de ação anulatória proposta pela Companhia visando o cancelamento de autuação, de onde se extraía débitos tributários de IRPJ/CSLL incidentes sobre perdas técnicas e não técnicas ocorridas no sistema de distribuição elétrica. Com valor provisionado de R\$ 2.050 (R\$ 1.996 em 31 de dezembro de 2024). A empresa requereu a desistência da ação para usufruir do PERT. Ocorre que, ao homologar a desistência da demanda, o juiz determinou que a empresa pagasse honorários advocatícios fixados em 3% sobre o valor da causa, de acordo com o art. 85, § 3º, do CPC. Foi interposta apelação em face da condenação dos honorário, e encontra-se conclusa para julgamento.

A Companhia realizou um depósito judicial referente aos valores de PIS/COFINS devidos pela apuração referente a fevereiro de 2024, no valor de R\$ 9.878. Por meio de um Mandado de Segurança foi solicitado a aplicação da regulamentação da Instrução Normativa nº 2.168 de 28 de dezembro de 2023, com o objetivo de recuperar 50% desse valor (em caixa) e compensá-lo com prejuízo fiscal. No entanto, não houve decisão até a data de vencimento do tributo.

Além dos processos destacados acima, existem 29 processos cuja possibilidade de perda é avaliada como possível pela Administração, com base na avaliação da gerência jurídica, no montante de R\$ 4.709 em 31 de março de 2025 (R\$ 5.888 em 31 de dezembro de 2024) para as quais não foi constituída provisão. Os assuntos discutidos nos processos mais relevantes de diagnóstico possível são Débito Tributário e ICMS.

16.4 Trabalhistas

O passivo trabalhista em 31 de março de 2025 é composto por 1.037 reclamações ajuizadas (1.041 reclamações ajuizadas em 31 de dezembro de 2024) por ex-empregados contra a Companhia, com pedidos que variam entre horas extras, periculosidade, equiparação e/ou reenquadramento salarial, entre outros, assim

Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às informações intermediárias--Continuação
Período findo em 31 de março de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

como por ações movidas por ex-empregados de empresas terceirizadas (responsabilidade subsidiária), que pleiteiam, em sua maioria, verbas rescisórias.

Dentre as provisões constituídas para processos com expectativa de perda provável, há 546 processos com provisão constituída no montante de R\$ 28.776 (R\$ 33.169 em 31 de dezembro de 2024), dentre os processos mais relevantes destacam-se as ações movidas por ex-empregados contra a Companhia, envolvendo a cobrança de horas-extras, adicional de periculosidade, plano de cargos e salários, verbas rescisórias, desligamento voluntário e diferença salarial. Dentre esses processos citados acima, os mais relevantes são:

Processo nº 0000857-69.2015.5.22.0103, tem como objeto o pedido de natureza salarial para o auxílio alimentação, hora extra e equiparação salarial. Os pedidos foram julgados procedentes na sentença e no acórdão do TRT 22. A companhia recorreu e seu recurso está pendente de apreciação no montante de R\$ 1.726 (R\$ 1.705 em 31 de dezembro de 2024); e

Processo nº 0001691-19.2017.5.22.0001, tem como objeto o pagamento de diferenças salariais do Plano de Cargos e Salários da então CEPISA. Os pedidos foram julgados procedentes no acórdão do TRT 22 e no TST. A companhia recorreu e seu recurso está pendente de apreciação no montante de R\$ 1.212 (R\$ 1.191 em 31 de dezembro de 2024).

Além dos processos provisionados, existem 469 contingências cíveis cuja possibilidade de perda, em 31 de março de 2025, é avaliada pela Administração, com base na avaliação da gerência jurídica, como possíveis, no montante de R\$ 110.556 (R\$ 104.185 em 31 de dezembro de 2024). Dentre esses processos citados acima, os mais relevantes são:

Processo nº 0000384-73.2021.5.22.0006 que tem como objeto o pedido cumprimento do plano de cargos e salário da Eletrobras – PCR 2010 em relação às promoções por maturidade. Os pedidos foram julgados procedentes na sentença e no acórdão do TRT 22 para que sejam implantadas 05 promoções por antiguidade para os representados. A companhia recorreu e seu recurso está pendente de apreciação, no montante de R\$ 55.883 (R\$ 55.073 em 31 de dezembro de 2024);

Processo nº 0001992-20.2018.5.22.0004 que tem como objeto o pedido de anulação das demissões após a privatização e como pedido subsidiário a extensão do PDV (Plano de Demissão Voluntária) para os empregados que foram demitidos sem justa causa e os que pediram demissão até o início da vigência do Acordo Coletivo de Trabalho 2019/2021 e dano moral coletivo, no montante de R\$ 6.610 (R\$ 6.480 em 31 de dezembro de 2024); e

Processo nº 0000510-40.2023.5.22.0108 (Doença Ocupacional), que tem objeto pedido indenizatório em virtude de suposta incapacidade por doença ocupacional, no montante de R\$ 2.573.

17 Patrimônio líquido

17.1 Capital social

O capital social autorizado da Companhia é de R\$ 2.500.000 (dois bilhões e quinhentos milhões de reais), e o capital subscrito e integralizado é de R\$ 633.577 (R\$ 633.577 em 31 de dezembro de 2024), correspondente a um total de 1.382.142.880 (um bilhão, trezentos e oitenta e dois milhões, cento e quarenta e duas mil, oitocentas e oitenta) ações, divididas em 1.319.606.201 (um bilhão, trezentos e dezenove milhões, seiscentas e seis mil, duzentas e uma) ações ordinárias e 62.536.679 (sessenta e dois milhões, quinhentas e trinta e seis mil, seiscentas e setenta e nove) ações preferenciais nominativas, sem valor nominal e principais acionistas está demonstrada conforme a seguir:

Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às informações intermediárias--Continuação
Período findo em 31 de março de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

Acionistas	31/03/2025			
	Ações ordinárias	Ações preferenciais	Total	%
Equatorial Energia Distribuição S.A.	1.253.337.750	58.787.311	1.312.125.061	94,93%
Minoritários	66.268.451	3.749.368	70.017.819	5,07%
Total	1.319.606.201	62.536.679	1.382.142.880	100%

Para o período findo em 31 de março de 2025 não houve mudança na composição acionária comparada ao período anterior, findo em 31 de dezembro de 2024.

17.2 Planos de opção de compra de ações

A Companhia instituiu Planos de Opção de Compra das ações a colaboradores dedicados ao Grupo Equatorial (“Grupo”), que representam, direitos de compra de ações emitidas por empresas do mesmo grupo econômico, mas não da Companhia. Os planos de opção do Grupo são classificados como instrumento patrimonial, visto que as Companhias devem mensurar e reconhecer a transação com correspondente aumento do seu patrimônio líquido como contribuição (aporte) da Equatorial S.A.

Conforme item 8, do CPC 10 (R1), os produtos ou serviços recebidos ou adquiridos em transação com pagamento baseado em ações que não se qualifiquem para fins de reconhecimento como ativos, devem ser reconhecidos como despesa do período.

Esses planos são administrados pelo Conselho de Administração da Companhia, por intermédio do Comitê de Pessoas, Governanças e Sustentabilidade, dentro dos limites estabelecidos nas Diretrizes de Elaboração e Estruturação de cada Plano e na legislação aplicável. As características dos planos estão descritas na nota explicativa nº 19.3 – Planos de opção de compra de ações, nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2024.

17.2.1 Quinto Plano de Opção de Compra de Ações

a) Forma de determinação da volatilidade esperada

Para a volatilidade, utilizou-se a volatilidade histórica das ações para cada prazo médio do período de cada lote.

Em opções	Número de opções		Média ponderada do preço de exercício	
	31/03/2025	31/03/2025	31/12/2024	31/12/2024
Existentes em 1º de janeiro	370.000	-	2.210.000	-
Encerradas durante período/período	-	-	(1.840.000)	-
Existentes ao fim do período/período 3ª Outorga	125.000	23,63	125.000	23,63
Existentes ao fim do período/período 4ª Outorga	25.000	22,67	25.000	23,00
Existentes ao fim do período/período 5ª Outorga	25.000	22,98	25.000	22,98
Existentes ao fim do período/período 6ª Outorga	120.000	26,04	120.000	26,04
Existentes ao fim do período/período 7ª Outorga	75.000	30,45	75.000	30,45
Existentes ao fim do período/período	370.000	-	370.000	-

A despesa reconhecida na Companhia, no período findo em 31 de março de 2025 foi de R\$ 121 e refere-se ao valor justo reconhecido durante o *vesting period* que é avaliado em cada data base.

Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às informações intermediárias--Continuação
Período findo em 31 de março de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

17.2.2 Plano de outorga de “Phantom Shares”

a) Forma de cálculo da despesa do programa - Contrato *Phantom* 2019

Com base na apuração parcial das métricas de *performance* definidas, a Companhia, fez jus ao referido programa. Abaixo, encontra-se a quantidade de ações para Equatorial S.A., caso as métricas de *performance* fossem atingidas:

<i>Em ações</i>	Valor justo ponderado do preço de exercício		Valor justo ponderado do preço de exercício	
	Número de ações	31/03/2025	Número de ações	31/12/2024
Existentes em 1º de janeiro	195.000	31,15	210.000	33,35
Outorgadas durante o período (a)	-	-	(15.000)	-
Existentes ao fim do período/período	195.000	30,23	195.000	31,15

(a) Tratam-se transferências de ações entre partes relacionadas, sendo as entidades membro do mesmo grupo econômico.

A reversão de provisão reconhecida, em contrapartida a outras contas a pagar, para o período findo em 31 de março de 2025 foi R\$ 491 e refere-se ao valor justo reconhecido durante o *vesting period* que é avaliado em cada data base.

b) Forma de cálculo da despesa do programa – Contrato *Phantom* 2023

A Companhia realizou a estimativa de valor justo do referido plano por meio da técnica de avaliação Monte Carlo para precificação, incorporando fatores e premissas de mercado, de acordo com o item 17 do CPC 10 (R1). As quantidades de ações podem variar conforme a performance do plano e serem multiplicadas por um percentual entre 0% (zero por cento) e 150% (cento e cinquenta por cento) da quantidade-alvo.

<i>Em ações</i>	Valor justo ponderado do preço de exercício		Valor justo ponderado do preço de exercício	
	Número de ações	31/03/2025	Número de ações	31/12/2024
Existentes em 1º de janeiro	137.978	32,19	124.950	33,28
Outorgadas durante o período (a)	591	-	13.028	-
Existentes ao fim do período/período	138.569	36,51	137.978	32,19

(a) Tratam-se transferências de ações entre partes relacionadas, sendo as entidades membro do mesmo grupo econômico.

A despesa reconhecida, em contrapartida a outras contas a pagar, no período findo em 31 de março de 2025 foi de R\$ 489 e refere-se ao valor justo reconhecido durante o *vesting period* que é avaliado em cada data base.

Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às informações intermediárias--Continuação
Período findo em 31 de março de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

c) Forma de cálculo da despesa do programa – Contrato *Phantom* 2025

A Companhia realizou a estimativa de valor justo do referido plano por meio da técnica de avaliação Monte Carlo para precificação, incorporando fatores e premissas de mercado, de acordo com o item 17 do CPC 10 (R1). As quantidades de ações podem variar conforme a performance do plano e serem multiplicadas por um percentual entre 0% (zero por cento) e 150% (cento e cinquenta por cento) da quantidade-alvo.

	Número de ações	Valor justo ponderado do preço de exercício	Número de ações	Valor justo ponderado do preço de exercício
	31/03/2025	31/03/2025	31/12/2024	31/12/2024
<i>Em ações</i>				
Existentes em 1º de janeiro	221.760	28,32	-	-
Existentes ao fim do período/período	221.760	28,32	-	-

A despesa reconhecida, em contrapartida a outras contas a pagar, no período findo em 31 de março de 2025 foi de R\$ 367 e refere-se ao valor justo reconhecido durante o *vesting period* que é avaliado em cada data base.

17.2.3 Matching Shares

a) Forma de determinação da volatilidade esperada

Para a volatilidade, utilizou-se a volatilidade histórica das ações para cada prazo médio de exercício de cada lote.

	Número de opções	Média ponderada do preço de exercício	Número de opções	Média ponderada do preço de exercício
	31/03/2025	31/03/2025	31/12/2024	31/12/2024
<i>Em ações</i>				
Existentes em 1º de janeiro	52.457	31,12	-	-
Outorgadas durante o período/exercício	-	-	52.456	-
Existentes ao fim do período/exercício 1ª Outorga	52.457	31,12	52.456	31,12
Existentes ao fim do período/exercício	52.457	31,12	52.456	31,12

A despesa reconhecida na Companhia e suas controladas, em contrapartida ao patrimônio líquido, no período findo em 31 de março de 2025 foi de R\$ 210 e refere-se ao valor justo reconhecido durante o período que é avaliado em cada data base.

Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às informações intermediárias--Continuação
Período findo em 31 de março de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

18 Receita operacional líquida

A conciliação da receita bruta para a receita líquida está conforme a seguir demonstrada:

	<u>31/03/2025</u>	<u>31/03/2024</u>
Receita de distribuição (a)	843.841	900.422
Remuneração financeira WACC (b)	3.280	2.411
Valores a receber/devolver de parcela A e outros itens financeiros (c)	33.745	9.186
Subvenção CDE – Outros (d)	43.669	16.891
Fornecimento de energia elétrica	924.535	928.910
Suprimento de energia elétrica (e)	6.409	4.550
Receita pela disponibilidade – uso da rede	37.090	35.107
Receita de construção (f)	190.499	132.093
Atualização do ativo financeiro	5.518	2.588
Outras receitas	29.322	34.924
Receita operacional bruta	1.193.373	1.138.172
Deduções da receita		
ICMS sobre venda de energia elétrica	(182.611)	(186.419)
PIS e COFINS	(64.054)	(70.159)
Encargos do consumidor	(8.191)	(7.668)
ISS	(121)	(116)
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	(48.940)	(68.209)
Penalidades DIC/FIC e outras	(10.789)	(7.135)
Deduções da receita operacional	(314.706)	(339.706)
Total	878.667	798.466

- (a) Um dos fatores para a diminuição da receita de distribuição, deve-se ao aumento da energia compensada pelos clientes com GD e aumento do número de consumidores com essa característica. Houve um aumento na energia compensada de 37,2% e no número de consumidores com GD de 45,6% no período em referência;
- (b) Valor referente ao cálculo e contabilização da taxa regulatória de remuneração de capital (WACC) usada para revisão de tarifa ou receita de distribuidoras, conforme metodologia definida pela ANEEL;
- (c) A variação positiva de R\$ 24.559 dos ativos e passivos regulatórios deve-se principalmente por: (i) variação positiva pelo reconhecimento de despesa na tarifa dos recursos recebidos a título de Conta-Covid no montante de R\$ 22.296 (ii) variação negativa entre os valores amortizados do último reajuste no montante de R\$ 8.919 (iii) em relação a constituição houve alteração de posição entre anos, de passiva passou a ser ativa, principalmente em função do comportamento dos custos com energia e encargos setoriais frente às coberturas tarifárias homologadas pela ANEEL, gerando uma variação positiva de R\$ 10.568 quando comparado com o exercício anterior; (iv) a variação positiva entre os valores da receita de ultrapassagem da demanda e excedente reativo no montante de R\$ 691; e (v) efeito negativo de R\$ 78 em CVA da Bandeira Faturada;
- (d) Referem-se ao registro da receita de desconto tarifário. A variação refere-se ao registro do subsídio do faturamento de projetos da Geração Distribuída do tipo II, que envolvem autoconsumo local, geração compartilhada (até 25% de participação) e autoconsumo remoto (até 500 kW). Estes estão condicionados a pagar o Fio B de forma progressiva e gradativa ao longo dos anos, a partir de 2023;
- (e) A receita de suprimento foi maior no trimestre findo em 31 de março de 2025 devido à venda em MWh ter sido superior do que o mesmo período de 2024; e
- (f) A Companhia reconhece a receita de construção referente aos serviços de construções e melhorias previstos no contrato de concessão, com base no estágio de conclusão das obras realizadas. O valor é avaliado pela referência do levantamento dos trabalhos realizados, ou, quando não puder ser medido de maneira confiável, até o limite dos custos reconhecidos na condição em que os custos incorridos possam ser recuperados.

Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às informações intermediárias

Período findo em 31 de março de 2025

(Valores expressos em milhares de reais)

19 Custo do serviço e despesas operacionais

	31/03/2025					31/03/2024				
	Custo do serviço de energia elétrica	Despesas com vendas	Despesas administrativas	PECLD	Total	Custo do serviço de energia elétrica	Despesas com vendas	Despesas administrativas	PECLD	Total
Pessoal	(7.222)	(5.524)	(3.080)	-	(15.826)	(4.706)	(4.208)	(7.686)	-	(16.600)
Material	(1.789)	(718)	(740)	-	(3.247)	(1.468)	(1.590)	903	-	(2.155)
Serviços de terceiros	(40.145)	(20.658)	(10.279)	-	(71.082)	(43.870)	(21.011)	(7.024)	-	(71.905)
Energia elétrica comprada para revenda (a)	(349.730)	-	-	-	(349.730)	(333.675)	-	-	-	(333.675)
Custo de construção (b)	(190.499)	-	-	-	(190.499)	(132.093)	-	-	-	(132.093)
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (c)	-	-	-	(20.554)	(20.554)	-	-	-	(14.760)	(14.760)
Provisão para riscos judiciais	-	-	(1.686)	-	(1.686)	-	-	(1.101)	-	(1.101)
Depreciação e amortização	(43.444)	-	(5.174)	-	(48.618)	(32.755)	-	(5.331)	-	(38,086)
Outros	(120)	(693)	(839)	11	(1.641)	107	(690)	(125)	(34)	(742)
Total	(632.949)	(27.593)	(21.798)	(20.543)	(702.883)	(548.460)	(27.499)	(20.364)	(14.794)	(611.117)

- (a) Para maior detalhamento, vide a abertura dos custos da energia elétrica comprada para revenda, conforme nota explicativa nº 19.1 – Energia elétrica comprada para revenda;
- (b) Esse custo foi impactado fortemente pelo processo de Revisão Tarifária Periódica (RTP), na qual ocorreu maior volume de capitalizações no período incremental e os investimentos foram significativos, garantindo assim a finalização das obras e o reconhecimento na Base de Remuneração da Companhia; e
- (c) Para maior detalhamento referente a variação de perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa, consultar nota explicativa nº 6.2 – Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa.

Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às informações intermediárias
Período findo em 31 de março de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

19.1 Energia elétrica comprada para revenda

	31/03/2025		31/03/2024	
	GWh (*)	R\$	GWh (*)	R\$
Energia de leilão (a)	913	(201.353)	856	(177.228)
Contratos Eletronuclear	36	(11.933)	37	(12.026)
Contratos cotas de garantias (b)	138	(30.317)	165	(35.909)
Encargo de Serviço do Sistema - ESS/ Energia reserva	-	(21.865)	-	(25.514)
Energia de curto prazo - CCEE (c)	-	(15.282)	-	(11.884)
Programa incentivo fontes alternativas energia (PROINFA)	18	(10.698)	18	(8.497)
(-) Parcela a compensar crédito PIS/COFINS não cumulativo	-	35.026	-	33.183
Geração distribuída	-	(11.840)	-	(4.724)
Subtotal	1.105	(268.262)	1.076	(242.599)
Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição (d)	-	(81.468)	-	(91.076)
Total	1.105	(349.730)	1.076	(333.675)

- (a) A variação refere-se aos custos com contratos (CCEAR – Contrato de Comercialização de Energia Elétrica no ambiente regulado, MCSD – Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits) decorrentes de aumento de volume contratado em 6,7 % em relação ao período do ano anterior, com preço médio do período em R\$ 220,53/MWh em relação a 2024 de R\$ 207,11/MWh;
- (b) Compreende as despesas com os Contratos de Cotas de Garantia Física e as despesas associadas a esses contratos no Mercado de Curto Prazo que apresentaram uma redução na despesa em 15,57% em relação ao ano anterior,
- (c) A energia de curto prazo apresentou uma variação de R\$ 3.398, em virtude do aumento das despesas do mercado do curto prazo com efeito da contratação por disponibilidade e efeito de contratação de cotas de garantia física em relação ao mesmo período de 2024; e
- (d) Contempla os custos com encargos de uso e conexão do sistema de transmissão, os quais possuem tarifas ajustadas pela resolução Receita Anual Permitida (RAP). Para o ano de 2024, as tarifas praticadas foram aprovadas na Resolução Homologatória nº 3.217 de 04 de julho de 2023 com vigência a partir de julho de 2023 até junho de 2024 e Resolução Homologatória nº 3.349 de 16 de julho de 2024 com vigência a partir de julho de 2024 até junho de 2025 as quais são relacionadas à Rede Básica e Conexão, assim como o aumento da contratação do MUST (Montante de Uso do Sistema de Transmissão).

(*) Não revisado.

19.2 Outras despesas operacionais, líquidas

	31/03/2025	31/03/2024
Outras receitas operacionais		
Outras receitas operacionais	32	462
Total de outras receitas operacionais	32	462
Outras despesas operacionais		
Perdas pela desativação de bens e direitos	(2.335)	(3.844)
Indenização por danos a terceiros	(272)	(308)
Provisão para perda de estoque (a)	(5.828)	(9.645)
Baixa de recebíveis incobráveis (b)	(6.128)	(7.027)
Outras despesas operacionais	(1.813)	(1.993)
Total de outras despesas operacionais	(16.376)	(22.817)
Total outras despesas operacionais, líquidas	(16.344)	(22.355)

- (a) A Companhia avalia periodicamente seus estoques/obras no intuito de identificar se existem materiais de baixa rotatividade, constituindo uma provisão para perda como uma forma de demonstrar o real potencial dos estoques na geração de caixa. O montante provisionado trata-se em sua maioria de itens obsoletos, morosos e/ou danificados. Para os materiais que não havia expectativa de benefício econômico, a distribuidora realizou a capitalização da obra contemplando a reversão dos itens; e
- (b) No período de 31 de março de 2025 foram realizadas baixas de títulos vencidos, acima de 5 anos do contas a receber e da respectiva PECLD, resultando em uma despesa de R\$ 20.804 e uma reversão de R\$ 14.676, respectivamente.

Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às informações intermediárias--Continuação
Período findo em 31 de março de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

20 Resultado financeiro

	31/03/2025	31/03/2024
Receitas financeiras		
Rendas de aplicações financeiras (a)	23.235	20.108
Valores a receber/devolver parcela A	5.774	1.702
Receita financeira de AVP (d)	1.580	1.505
Variação monetária e cambial da dívida (b)	87.940	-
Operações com instrumentos financeiros derivativos (c)	74.963	74.261
Acréscimo moratório de energia vendida	12.619	10.913
PIS/COFINS sobre receita financeira	(2.013)	(2.988)
Outras receitas financeiras	861	1.280
Total de receitas financeiras	204.959	106.781
Despesas financeiras		
Valores a receber/devolver parcela A	(5.483)	(4.870)
Operações com instrumentos financeiros derivativos (c)	(194.402)	(60.490)
Despesa financeira de AVP (d)	(5.609)	(5.609)
Encargos da dívida	(65.429)	(62.273)
Variação monetária e cambial da dívida (b)	(24.366)	(48.025)
Atualização de contingências	(14)	(3.707)
Descontos concedidos	(3.482)	(5.233)
Despesa com Aval	(3.578)	-
Encargos da geração distribuída	115	-
Outras despesas financeiras	(8.669)	(6.629)
Total de despesas financeiras	(310.917)	(196.836)
Resultado financeiro líquido	(105.958)	(90.055)

- (a) O leve aumento nos rendimentos das aplicações financeiras pode ser explicado por um crescimento de 9,6% nas disponibilidades em comparação com o mesmo período acumulado até março de 2024;
- (b) No acumulado até março de 2025, o principal impacto foi causado pela variação cambial, que resultou em uma receita devido à queda de 7,27% no valor do dólar. O câmbio passou de R\$ 6,19 em 31 de dezembro de 2024 para R\$ 5,74 em 31 de março de 2025. Em contrapartida, no acumulado até março de 2024, a variação cambial gerou uma despesa, decorrente da alta de 3,20% no valor do dólar;
- (c) Refere-se à contratação de operação de swap, designada como hedge de fluxo de caixa, onde a principal variação refere-se ao câmbio sobre essas operações. No período findo de 31 de março de 2025 o principal efeito refere-se à variação cambial, que gerou despesa com a queda do dólar em 7,27%, saindo de R\$ 6,19 em 31 de dezembro de 2024, para R\$ 5,74 em 31 de março 2025. No período findo de 31 de março de 2024 o principal efeito refere-se à variação cambial, que gerou receita com a alta do dólar em 3,20%, saindo de R\$ 4,84 em 31 de dezembro de 2023, para R\$ 4,99 em 31 de março 2024; e
- (d) O valor líquido de despesa de AVP no montante de R\$ 4.029, do período findo em 31 de março de 2025, refere-se receita do contas a receber de R\$ 1.580 e a despesa de empréstimos e financiamentos de R\$ 5.609, conforme notas explicativas nº 6 e 13, respectivamente.

21 Benefício pós-emprego (Entidade de previdência privada)

O saldo de benefício pós-emprego está constituído conforme a seguir demonstrado:

	31/03/2025	31/12/2024
Ativo		
Plano Equatorial CD	319	307
Total ativo não circulante	319	307
Passivo		
Planos de Saúde	5.021	4.939
Total passivo não circulante	5.021	4.939

As características dos planos de benefícios previdenciários patrocinados pela Companhia estão descritas na nota explicativa nº 24 – Benefício pós-emprego, das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2024, e não houve alterações de critérios adotados no período.

Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às informações intermediárias--Continuação
Período findo em 31 de março de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

22 Instrumentos financeiros

22.1 Considerações gerais

A Companhia efetuou análise dos instrumentos financeiros, que incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, valores a receber (devolver) da parcela A e outros itens financeiros, ativos financeiros da concessão, fornecedores, empréstimos e financiamentos, debêntures e instrumentos financeiros derivativos, procedendo as devidas adequações em sua contabilização, quando necessário.

A Administração desses instrumentos financeiros é por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado.

A Administração faz uso dos instrumentos financeiros visando remunerar ao máximo suas disponibilidades de caixa, manter a liquidez de seus ativos, proteger-se de variações de taxas de juros ou câmbio e obedecer aos índices financeiros constituídos em seus contratos de financiamento (*covenants*), conforme notas explicativas nº 13.5 – *Covenants* dos empréstimos e financiamentos e 14.4 – *Covenants* das debêntures.

22.2 Política de utilização de derivativos

A Companhia poderá utilizar-se de operações com derivativos (*swap*), apenas para conferir proteção às oscilações de indexadores macroeconômicos e conferir proteção às oscilações de cotações de moedas estrangeiras. Estas operações não são realizadas em caráter especulativo. Em 31 de março de 2025 e 31 de dezembro de 2024, a Companhia possuía operações de instrumentos financeiros derivativos contratados.

22.3 Categoria e valor justo dos instrumentos financeiros

Os valores justos estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações.

Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

A Companhia reconhece, quando aplicável, as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações contábeis em que ocorreram as mudanças. Para período findo em 31 de março de 2025 não ocorreram mudanças nas hierarquias e nas técnicas de avaliação do valor justo, em relação ao período findo em 31 de dezembro de 2024, conforme descrito no item a seguir.

(a) Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível.

Os saldos contábeis e os valores de valor justo dos instrumentos financeiros incluídos no balanço patrimonial em 31 de março de 2025 e 31 de dezembro de 2024 estão identificados conforme a seguir:

Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às informações intermediárias--Continuação
Período findo em 31 de março de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

Ativo	Níveis	Categoria dos instrumentos financeiros	31/03/2025		31/12/2024	
			Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Caixa e equivalentes de caixa	-	Custo amortizado	18.304	18.304	6.613	6.613
Caixa e equivalentes de caixa (Fundo de investimentos)	1	Valor justo por meio do resultado	154.571	154.571	212.973	212.973
Aplicações financeiras	2	Valor justo por meio do resultado	669.396	669.396	835.966	835.966
Contas a receber de clientes	-	Custo amortizado	807.784	807.784	893.696	893.696
Valores a receber de parcela A e outros itens financeiros	-	Custo Amortizado	2.325	2.325	2.325	2.325
Instrumentos financeiros derivativos	2	Valor justo por meio do resultado	18.222	18.222	112.770	112.770
Ativo financeiro de concessão	3	Valor justo por meio do resultado	292.145	292.145	276.322	276.322
Total do ativo			1.962.747	1.962.747	2.340.665	2.340.665

Passivo	Níveis	Categoria dos instrumentos financeiros	31/03/2025		31/12/2024	
			Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Fornecedores	-	Custo amortizado	335.400	335.400	365.504	365.504
Fornecedores – risco sacado	-	Custo amortizado	51.651	51.651	43.175	43.175
Empréstimos e financiamentos	2	Custo amortizado	3.242.985	3.778.446	3.513.616	4.036.006
Debêntures	2	Custo amortizado	717.379	715.221	700.239	694.634
Passivo de arrendamento	-	Custo amortizado	2.644	2.268	2.788	2.268
Instrumentos financeiros derivativos	2	Financeiros ao valor justo	8.315	8.315	-	-
Valores a devolver de parcela A e outros itens financeiros	-	Custo amortizado	101.464	101.464	137.359	137.359
		Valor justo por meio de outros resultados abrangentes				
AICs ressarcíveis	3		9.406	9.406	9.406	9.406
Total do passivo			4.469.244	5.002.171	4.772.087	5.288.352

- **Caixa e equivalente de caixa** - são classificados como custo amortizado e estão registrados pelos seus valores originais;
- **Aplicações financeiras (equivalentes de caixa)** - são classificados como de valor justo por meio do resultado. Nível 1 na hierarquia de valor justo;
- **Aplicações financeiras** - são classificados como de valor justo por meio do resultado. Em sua maioria, são aplicados em fundos. Os fatores relevantes para avaliação ao valor justo são publicamente observáveis, tais como CDI. Nível 2 na hierarquia de valor justo;
- **Contas a receber de clientes** - decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como custo amortizado, e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos à provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável;
- **Valores a receber (devolver) da parcela A e outros itens financeiros** - são decorrentes de custos não gerenciáveis a serem repassados integralmente ao consumidor ou suportados pelo Poder Concedente. Classificados como custo amortizado;
- **Ativo financeiro de concessão** - são classificados como valor justo por meio do resultado, são ativos financeiros que representam o direito incondicional de receber uma determinada quantia ao final do prazo de concessão. Os fatores relevantes para avaliação ao valor justo são publicamente observáveis, como IPCA existentes em mercado ativo e a taxa de depreciação que é definida pela resolução da ANEEL, sendo sua classificação nível 3 na hierarquia do valor justo;
- **Fornecedores** - decorrem diretamente da operação da Companhia e são classificados como passivo ao custo amortizado;
- **Fornecedores - risco sacado** - decorrem de transações entre a Companhia e seus fornecedores de materiais e serviços e são classificados como passivo ao custo amortizado;
- **Empréstimos e financiamentos** - têm o propósito de gerar recursos para financiar os programas de investimento da Companhia e, eventualmente, gerenciar necessidades de curto prazo. São classificados como

Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às informações intermediárias--Continuação
Período findo em 31 de março de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

passivo ao custo amortizado e estão contabilizados pelos seus valores amortizados. Nível 2 na hierarquia de valor justo;

Debêntures - são classificadas como passivo ao custo amortizado e estão contabilizados pelo seu valor amortizado. Para fins de divulgação, as debêntures tiveram seus valores de mercado calculados com base em taxas de mercado, divulgadas pela B3 e ANBIMA. Nível 2 na hierarquia de valor justo;

- **Instrumentos financeiros derivativos** - são classificados pelo valor justo através do resultado e de outros resultados abrangentes, tendo como objetivo a proteção às oscilações de taxa de juros e moeda estrangeira. Para as operações de swap, a determinação do valor de mercado foi realizada utilizando as informações de mercado disponíveis. Nível 2 na hierarquia de valor justo;
- **Passivo de arrendamento** - composto pelas obrigações decorrentes de contratos de locações e leasing que se enquadram no escopo do CPC 06 (R2). Os saldos são trazidos a valor presente por meio de fluxo de caixa descontado para o período de vigência de cada contrato e são classificados como passivo ao custo amortizado; e
- **AICs Ressarcíveis** - são classificados como nível 3 na hierarquia de valor justo através de outros resultados abrangentes, tendo em vista que a sensibilidade do valor justo está nos ativos em curso na base de remuneração líquida, dependendo de avaliação de especialista e homologação total ou parcial pela Eletrobrás. O montante do ressarcimento devido à Eletrobrás, a título de pagamento pelos AICs Ressarcíveis correspondente a 50% (cinquenta por cento) da contribuição de cada um dos ativos na base de remuneração líquida, conforme definição vigente nos Procedimentos de Regulação Tarifária - PRORET da ANEEL, desconsideradas eventuais contabilizações, posteriores à data-base do laudo de avaliação, de investimentos necessários à imobilização desses ativos em curso. Neste sentido, a Equatorial Piauí provisionou o montante de R\$ 9.406 (R\$ 9.406 em 31 de dezembro de 2024). Após a homologação pela ANEEL do resultado da revisão tarifária, a compradora se compromete a contratar consultor técnico para apuração do montante de ressarcimento devido à Eletrobrás.

Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às informações intermediárias

Período findo em 31 de março de 2025

(Valores expressos em milhares de reais)

22.4 Instrumentos financeiros derivativos

Apresentamos abaixo os valores dos instrumentos derivativos da Companhia, vigentes em 31 de março de 2025 e 31 de dezembro de 2024, que podem ser assim resumidos:

Instituição financeira	Ingresso	Vencimento	Valor contratado (USD)	Valor contratado (BRL)	Amortização	Tipo	Juros	Indexadores	Valor justo		
									31/03/2025	31/12/2024	
Scotiabank	26/04/2021	26/04/2026	53.571	300.000	Anual	Câmbio	Semestral	USD + 2,27% a.a. / CDI + 1,77% a.a.	(15.910)	12.316	
Santander	07/12/2022	16/11/2026	28.184	146.000	Bullet	Câmbio	Trimestrais	IPCA + 6,24% a.a. / CDI + 1,62% a.a.	14.065	24.870	
Bank of America	27/12/2023	27/01/2025	70.000	342.300	Bullet	Câmbio	Bullet	USD + 7,0235% a.a. / CDI + 1,38% a.a.	-	78.946	
XP	04/10/2024	15/09/2036	-	300.000	Anual	Juros	Semestral	IPCA + 6,8091% a.a. / CDI + 0,41% a.a.	27.477	(25.354)	
Bank of America	23/10/2024	25/10/2027	31.000	177.630	Anual	Câmbio	Bullet	USD + 5,7294% a.a. / CDI + 1,15% a.a.	(6.787)	6.957	
Scotiabank	13/11/2024	12/11/2027	49.123	280.000	Bullet	Câmbio	Semestral	USD + 5,8035% a.a. / CDI + 1,15% a.a.	(6.558)	15.035	
Itau	28/03/2025	15/08/2043	-	70.000	Mensal	Juros	Mensal	IPCA + 7,52% a.a. / CDI + 0,05% a.a.	(2.380)	-	
Total									9.907	112.770	
									Ativo circulante	-	85.081
									Ativo não circulante	18.222	27.689
									Passivo circulante	(8.315)	-
									Passivo não circulante	-	-
									Efeito líquido total	9.907	112.770

Técnicas de avaliação específicas utilizadas para instrumentos financeiros derivativos: Preços de mercado das instituições financeiras. O valor justo de *swap* de taxa de juros é calculado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados com base nas curvas de rendimento adotadas pelo mercado. Destaca-se que, como as regras contábeis que tratam do assunto exigem que o *swap* seja contabilizado a valor de mercado, por mais que a proteção seja perfeita do ponto de vista de caixa, podem ocorrer oscilações nos resultados.

Os valores relativos aos itens designados como instrumentos de *hedge* e a inefetividade de *hedge* foram os seguintes:

Risco Cambial	Rubrica no balanço patrimonial em que instrumento de <i>hedge</i> está incluído	Valor Nominal	Valor contábil			
			31/03/2025	31/12/2024	31/03/2025	31/03/2024
Contrato de <i>swap hedge</i> para empréstimos em moeda estrangeira	Instrumentos financeiros derivativos	1.273.630	Ativo (Passivo) 9.907	Ativo (Passivo) 112.770	Alterações no valor do instrumento de <i>hedge</i> reconhecidos em ORA 73.657	(1.679)

Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às informações intermediárias
Período findo em 31 de março de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

22.5 Gerenciamento dos riscos financeiros

O Conselho de Administração da Companhia tem a responsabilidade global sobre o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. A Administração da Companhia define a forma de tratamento e os responsáveis por acompanhar cada um dos riscos levantados, para sua prevenção e controle.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas suas atividades. A Companhia através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

O Comitê de Auditoria da Controladora Equatorial S.A., supervisiona a forma como a Administração da Companhia monitora a aderência aos procedimentos de gerenciamento de risco, e revisa a adequação da estrutura de gerenciamento de risco em relação aos riscos aos quais está exposta. O Comitê de Auditoria é auxiliado pelo time de auditoria interna na execução de suas atribuições. A auditoria interna realiza revisões regulares e esporádicas nos procedimentos de gerenciamento de risco, e o resultado é reportado para o Comitê de Auditoria.

Para o período findo em 31 de março de 2025, não houve mudança nas políticas de gerenciamento de risco em relação àquelas divulgadas na nota explicativa nº 25.5 – Gerenciamento dos riscos financeiros das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2024.

23 Demonstração dos fluxos de caixa

23.1 Transações que não afetam caixa

O CPC 03 (R2) – Demonstrações de Fluxo de Caixa, em sua revisão, trouxe que as transações de investimento e financiamento que não envolvem o uso de caixa ou equivalente de caixa devem ser excluídas das demonstrações de fluxo de caixa e apresentadas separadamente em nota explicativa. Todas as demonstrações que não envolveram o uso de caixa ou equivalente de caixa, ou seja, que não estão demonstradas nas demonstrações de fluxo de caixa, estão demonstradas na tabela abaixo:

	<u>Efeito não caixa</u>
Atividades de investimento	
Transferências entre ativo financeiro e ativo contratual	10.325
Transferências entre ativo contratual e intangível	79.843
Adição de ativo contratual em contrapartida de fornecedor	16.623
Adição de ativo contratual em contrapartida de obrigações sociais e trabalhistas	9.750
Total de atividades de investimento	<u>116.541</u>
Atividades de financiamento	
Capitalização de juros de empréstimos (a)	827
Resultado de <i>hedge accounting</i> de fluxo de caixa (b)	73.657
Total de atividades de financiamento	<u>74.484</u>
Total	<u>191.025</u>

(a) Capitalização de juros de empréstimos ligados à aquisição ou construção de ativos qualificáveis registrados no ativo contratual de acordo com as regras do CPC 20 (R1) - Custos de Empréstimos; e

(b) Proteção contra exposições a variações de fluxos de caixa que sejam atribuíveis a riscos específicos associados com ativos ou passivos ou que possa afetar o resultado.

Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às informações intermediárias--Continuação
Período findo em 31 de março de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

23.2 Mudanças nos passivos de atividades de financiamento

	31/12/2024	Fluxo de caixa	Pagamento de juros (*)	Mudança no valor justo	Outros (**)	31/03/2025
Empréstimos e financiamentos	3.513.616	(184.179)	(68.581)	-	(17.871)	3.242.985
Debêntures	700.239	-	(9.022)	-	26.162	717.379
Passivos de arrendamento	2.788	(144)	(76)	-	76	2.644
Instrumentos financeiros derivativos	(112.770)	59.372	(2.291)	(73.657)	119.439	(9.907)
Dividendos a pagar	69.585	-	-	-	-	69.585
Totais	4.173.458	(124.951)	(79.970)	(73.657)	127.806	4.022.686

(*) A Companhia classifica juros pagos como fluxos de caixa das atividades operacionais.

(**) As movimentações incluídas na coluna de "Outros" incluem os efeitos das apropriações de encargos de dívidas, juros, variações monetárias e cambiais líquidas, capitalização de juros e o reconhecimento de dividendos a pagar.

24 Compromissos futuros

Os compromissos relacionados a contratos de longo prazo são os seguintes:

	Vigência	2026	2027	20278	Após 2028 (*)
Energia contratada (em R\$)	2026 a 2037	844.362	1.273.698	1.254.353	15.933.758
Energia contratada (em MhW)	2026 a 2037	3.584.193	4.720.436	4.762.210	50.138.419

(*) estimado 9 anos após 2026.

Os valores relativos aos contratos de compra de energia, cuja vigência varia de 2 a 30 anos, representam o volume total contratado pelo preço atualizado de acordo com a cláusula do Contrato de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado (CCEAR), e foram homologados pela ANEEL.

	Vigência	2026	2027	2028	Após 2028
Arrendamentos e aluguéis (R\$ Mil)	2026 a 2029	451	662	739	792

25 Eventos subsequentes

Distribuição de dividendos

Em 28 de abril de 2025, conforme a ata de Reunião de Assembleia Geral Ordinária, houve a aprovação de dividendos adicionais de R\$ 30.070, oriundos do lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

* * *

Conselho de Administração

Augusto Miranda da Paz Júnior
(Presidente)

Leonardo da Silva Lucas Tavares de Lima
(Vice-Presidente)

Marcos Antônio Souza de Almeida

Diretoria Executiva

Humberto Soares Filho
Diretor Presidente

Leonardo da Silva Lucas Tavares de Lima
Diretor

Agnelo Coelho Neto
Diretor

Cristiano De Lima Logrado
Diretor

José Silva Sobral Neto
Diretor

Armando de Souza Nascimento
Diretor

Joe Louis Tavares Morra
Diretor

Bruno Pinheiro Macedo Couto
Superintendente de Ativos e Contabilidade
Contador
CRC MA-011842/O-3 S-PI